

ATA N.º 3/2013

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2013:

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e treze, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, com a participação dos senhores Rogério Manuel Dias Cação (CDU), Américo de Araújo Gonçalves (PS) e Carlos Alberto Lourenço de Almeida (CDU), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, os senhores Henrique Bertino Batista Antunes (CDU), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Raul Fernando Conceição Santos (CDU), Floriano Serrano Sabino (CDU), António Filipe Monteiro Vitória (CDU) e Silvino Doirado Conceição João (PS), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Ajuda, Atouguia da Baleia, Conceição, São Pedro, Serra d'El-Rei e Ferrel, e os senhores Anabela Correia Dias (PS), Carlos Manuel Alves Santana (PSD), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Vítor Miguel Silva Delgado Marques, Cristina Maria Luís Leitão (PSD), José António Bombas Amador (CDU), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), José António Leitão da Silva (PSD), Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Ademar Vala Marques (PSD), Arminda Glória Félix Martins Brás (CDU), Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), Licínio Pereira (CDU), Álvaro André Paiva Amador (CDU), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS) e Humberto Manuel Costa Ferreira (PS) reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º - Período de antes da ordem do dia.
- 2.º - Período de intervenção do público.
- 3.º - Período da ordem do dia:
 1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;
 2. Apreciação e votação da proposta de Acordo de Regularização da Dívida do Município de Peniche aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche;
 3. Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Atribuição das Casa denominadas "Abrigo dos Pescadores", sitas na Ilha da Berlenga;
 4. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Peniche do exercício de 2012;
 5. Apreciação e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais, para 2013, do Município de Peniche;
 6. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche do exercício de 2012;
 7. Apreciação e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e Plano Plurianual de Investimento, para 2013, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche;
 8. Apreciação e votação do pedido da Câmara Municipal para ratificação

do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local;

9. Apreciação e votação da abertura de procedimento para provimento do cargo de Diretor-Delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche;

10. Apreciação e votação do pedido de parecer prévio da Câmara Municipal, de 16 de abril de 2013, conforme o artigo 66.º da LOE para 2013, para abertura de procedimento para o recrutamento, por tempo indeterminado, de um Técnico Superior na área do Turismo;

11. Apreciação e votação do pedido de parecer prévio da Câmara Municipal, de 16 de abril de 2013, conforme o artigo 66.º da LOE para 2013, para abertura de procedimento para contratação de cinquenta Técnicos Superiores, no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2013/2014;

12. Apreciação e votação do segundo pedido de renovação da autorização da Assembleia Municipal para abertura de procedimentos concursais, no âmbito do recrutamento excecional concedida em 27 de abril de 2012;

13. Apreciação e votação da desafetação do domínio público de três parcelas de terreno;

14. Apresentação e votação da proposta de Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Peniche;

15. Apresentação e votação da proposta de Regulamento de Publicidade e de Ocupação do Espaço Público do Município de Peniche;

16. Apresentação e votação da proposta de Regulamento de Atividades Diversas do Município de Peniche;

17. Apresentação e votação da proposta de Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município de Peniche.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e trinta minutos, encontrando-se na sala vinte e um dos vinte e sete membros que compõe a Assembleia Municipal de Peniche.

Compareceram no decurso da reunião, durante o período de antes da ordem do dia, e passaram de imediato a participar nos trabalhos os senhores Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), Arminda Glória Félix Martins Brás (CDU), Carlos Manuel Alves Santana (PSD), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Silvino Doirado Conceição João (PS) e Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU).

Os senhores Licínio Pereira (CDU), Álvaro André Paiva Amador (CDU), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD) e Humberto Manuel Costa Ferreira (PS) encontravam-se a substituir os senhores Maria Natália Figueiredo Martins dos Anjos Costa (CDU), José Joaquim Franco Antunes (CDU), Anna Clara Leal Rodrigues (PSD) e João Manuel Jesus Gomes (PS), que comunicaram a sua ausência nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Rui Pedro Maia dos Santos (PSD), Anabela Soares (PSD), Vítor Manuel Farricha Mamede (PS) e Ana Catarina Manjolinha Mamede (PS), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara, senhor António José Ferreira

Sousa Correia Santos (CDU), o Vice-Presidente da Câmara, senhor Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), e os Vereadores, senhores Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU), Jorge Serafim Silva Abrantes (CDU), Luís Lourenço Jorge Ganhão (PSD) e Carlos Jorge Gonçalves Amaral Domingos (PS).

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES:

Foram presentes as atas números 5 e 6/2012, das reuniões realizadas nos dias 29 de junho e 28 de setembro de 2012, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos terem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal.

Postas à discussão, não se registaram quaisquer intervenções.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 5/2012 - Aprovada, por maioria, com duas abstenções, dos senhores Anabela Dias e Humberto Ferreira, e dezanove votos a favor, dos restantes membros presentes.

Ata n.º 6/2012 - Aprovada, por maioria, com duas abstenções, dos senhores Humberto Leitão e Humberto Ferreira, e dezanove votos a favor, dos restantes membros presentes.

Os membros das Assembleia Municipal que se abstiveram declararam que o fizeram por não terem estado presentes nas reuniões a que se referiam as atas.

EXPEDIENTE:

O Presidente da Mesa deu conhecimento que o expediente, que adiante se referencia, se encontrava disponível para consulta, dispensando-se a sua leitura, por ter sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal um memorando dos documentos recebidos, com o seguinte teor:

1 - Convite, do Partido Comunista Português, para a sessão cultural evocativa do centenário de Álvaro Cunhal;

2 - Convite, da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, para a exibição da peça de teatro *O Nazareno*;

3 - Ofício n.º 916, datado de 14 de março de 2013, do Município do Crato, remetendo posição de contestação à Proposta de Lei n.º 104/XII;

4 - Convite, do Partido Comunista Português, para uma sessão cultural evocativa do centenário de Álvaro Cunhal, no dia 23 de março de 2013, na Aula Magna da Reitoria Universidade de Lisboa;

5 - Convite, do Partido Comunista Português, para um seminário, no dia 12 de abril de 2013, na Biblioteca Municipal de Alcochete, relativo ao tema *Uma outra Europa*

dos trabalhadores e dos povos;

6 - Convite, datado de 4 de abril de 2013, da Associação Desportiva e Recreativa de Casal Moinho, para as cerimónias de comemoração do 25 de abril de 1974;

7 - Ofício n.º 306/2013-LR, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, remetendo parecer sobre a matéria questionada através do ofício n.º 475, de 8 de fevereiro de 2013, do Município de Peniche, relativa à possibilidade de “conflito de interesses” na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM;

8 - Convite, do Partido Comunista Português, para a sessão inaugural da exposição *Álvaro Cunhal – Vida, pensamento e luta: exemplo que se projeta na atualidade e no futuro*;

9 - Convite, da Junta de Freguesia de Serra d’El-Rei, para as comemorações do 25 de abril de 1974;

10 - Publicações:

- *Voz das Misericórdias* – fevereiro 2013;

- *Voz das Misericórdias* – março 2013;

- *Jornal do STAL*, n.º 105 – março 2013.

Não se registou qualquer intervenção.

MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou ao ponto em apreço, tendo usado da palavra o senhor José Amador (CDU), que leu um voto, cujo texto a seguir se reproduz:

«O 1.º de maio reflete um trajeto intenso de luta, de conquistas e avanços, derrotas e retrocessos, de convicção, força e experiência que nos enriquece, na luta continua.

Em Portugal, foi a revolução de abril, há 39 anos, que se reconheceu em toda a plenitude o valor do trabalho e se consagrou a dignidades de quem cria riqueza, de quem produz nas fábricas, nas minas, nas pescas no mar, trabalha a terra ou constrói casas.

De quem retire das coisas, das palavras, das cores, dos sonhos a beleza que nos enterece. De quem ajuda a formar e educar, as nossas crianças e jovens, ou apoio e cura dos doentes e idosos. De quem investiga, inova e se empenha em colocar ao serviço da comunidade e do progresso social, a sua capacidade de pensar, de trabalhar e sonhar.

Portugal caminha para o abismo e mais de 1 milhão e meio de pessoas estão desempregadas, inativos ou em subemprego, sendo que a maioria não recebe subsídio de desemprego, dezenas de milhares de trabalhadores da administração pública estão sob ameaça do despedimento.

Os cortes dos salários, dos subsídios de desemprego e nas pensões de reforma sucedem-se e o custo de vida torna-se insuportável.

Aumenta a exploração aos trabalhadores, com o ataque à contração coletiva, e o congelamento das portarias de extensão e do salário mínimo nacional.

Aumento com os dias trabalho, com a eliminação dos dias de férias, feriados e de descanso.

Redução do valor de trabalho extraordinário, das indemnizações por despedimento de 30 para 12 dias.

O SNS, a educação e a Segurança Social, estão sob a mira de um novo corte, de 4 mil milhões de euros, com consequências na restrição no acesso, na degradação na qualidade e no aumento do preços e taxas e serviços prestados aos cidadãos.

A privatização dos serviços públicos continua, com um manifesto prejuízo do interesse público e do desenvolvimento do país.

Com a espiral recessiva, aumentou o défice e a dívida pública, o investimento e a produção industrial continua em queda, provocando o definhamento do mercado interno, e a falência de milhares de empresas.

Por tudo isto, o governo PSD/CDS tem de ser responsabilizado pela situação e que colocou o país. A culpa não pode morrer solteira.

Por isso, é importante fazer deste 1.º de maio uma grande jornada de comemoração, de festa e de luta nas principais cidades de Portugal, conforme nos recomenda a grande central sindical CGTP-IN.

Viva os trabalhadores de todo o mundo! Viva o 1.º de maio.»

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA:

Passando a Assembleia à apreciação do assunto em epígrafe, usaram da palavra os senhores, adiante identificados:

Paulo Balau (PSD):

Disse que:

- A informação que foi fornecida aos membros da Assembleia Municipal refere que, o Turismo do Oeste pagou uma verba de 50 mil euros em atraso, já há dois anos, que julga ser relativa ao Festival Sabores do Mar.

- Gostaria de saber se este ano vai haver Festival Sabores do Mar, em junho, como vem sendo habitual, pois é uma atividade que visa promover as empresas locais, na difusão dos seus produtos e/ou serviços, podendo evitar o eventual fecho das mesmas.

- Reparou que, este ano, o Mundial de Surf vai ser dividido entre Peniche e Carcavelos, e que pretende saber se existe algum protocolo celebrado entre os respetivos municípios e a Rip Curl.

- A seu ver, o Município poderá ser prejudicado no eventual retorno, se o campeonato não estiver apenas afeto a Peniche.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Disse que:

- Apesar de ter sido efetuado um protocolo entre o Município e a Turismo do Oeste, no valor de 50 mil euros, afeto ao ano de 2011, para a realização do Festival Sabores do Mar, o valor ainda se encontra por saldar, tendo já sido dada essa informação em abordagens anteriores.

- Reconhece a importância que o Festival tem mas, na conjuntura atual, não haveria condições para o realizar.

- Considerando o protocolo, organizou-se o evento em 2011, mas o Turismo do Oeste não cumpriu com o acordado, porque não efetuou o pagamento ao Município, visto que a candidatura que o Turismo do Oeste apresentou ao QREN não ter sido

considerada.

- A Entidade Regional de Turismo do Oeste continua em incumprimento e com a dívida de 50 mil euros ao Município.

- O Campeonato Mundial de Surf da Rip Curl, que é um campeonato de elite, sofreu um retrocesso do ponto de vista financeiro a nível mundial, como outros apoiados por marcas como a Billabong e a Quiksilver.

- A Rip Curl, este ano, diminuiu o apoio financeiro para o valor de 250 mil euros e terá algum envolvimento logístico.

- O crédito e o mérito já conseguido com esta prova, permitiu que a negociação com a PT, através da Moche, fosse duplicada, dos 250 mil euros para os 500 mil euros, e, por isso, este ano deixará de se denominar como "Rip Curl Pro Portugal" e passará a designar-se como "Moche Pro Portugal", com uma referência à marca Rip Curl.

- A modalidade de surf tem merecido uma atenção muito especial, por parte de outros municípios que têm também mar ou alguma abordagem ao surf, como é o caso dos Açores, que mantém um campeonato de qualificação para entrada no WTC, em setembro de cada ano.

- A Câmara Municipal de Cascais apresentou uma candidatura para trazer o Campeonato do Mundo feminino a Portugal, campeonato este, equiparado ao já realizado nos Açores, ambos sendo "prime" estão num nível abaixo ao realizado no nosso Município.

- A Câmara Municipal de Cascais dispõe de verba, que provém das receitas dos casinos, verba essa que o Município de Peniche não tem à disposição, e irão atribuir um prémio monetário suplementar, o "Cascais Trophy", aos surfistas, que no conjunto das três provas: Açores, Peniche e por fim Carcavelos, mais pontuarem. Com isto o nosso país acaba por ser interessante ao nível de destino de surf e, assim pela primeira vez permite a nível europeu o conjunto das três provas a decorrer entre setembro e outubro. O campeonato mundial é realizado em Peniche de 9 a 20 de outubro, seguindo-se a prova "prime" em Carcavelos e daí seguem para o Havai, onde decorrerá a final do campeonato do Mundo.

- Com este envolvimento garantiu-se a realização do Campeonato do Mundo em Peniche, pois apenas com a parceria entre o Município e o Turismo do Oeste, não se iriam reunir condições para o assegurar.

- Ficou a garantia de que, quem realize a prova em 2013, a terá garantida em 2014.

- A ASP, Associação do Surf Profissional, foi adquirida por um grupo americano que, para a logística dos campeonatos, tem uma visão mais comercial e não tanto pela vertente do destino do surf. Assim, se encontrou a melhor solução, com a indicação de que caso as ondas de Peniche não estejam ao nível a que estão habituados, poderá vir a realizar-se alguma etapa em Carcavelos e isso foi assumido desde o início. Garantiram-nos que, toda a estrutura e divulgação do conjunto destas provas irão ter o mesmo nível a que já estamos acostumados.

- Os atletas ficarão instalados entre Peniche e Óbidos.

- O representante dos surfistas no Comité, Kieren Perrow, que é quem decide onde a prova se realiza, já no ano passado não quis sair de Supertubos para o Pico da Mota, porque entende que a prova se deve realizar e manter em Supertubos, por isso, é

importante que se tenha garantido o Campeonato do Mundo para este ano. Haverá um envolvimento mais abrangente, mas a prova continuará a ser realizada em Peniche, só no caso de não haver ondas, a prova realizar-se-á em Carcavelos.

Cristina Leitão (PSD):

Disse que:

- Não abordou a questão relativa ao parecer da ANMPP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses relativamente à comissão de acompanhamento do PDM, no expediente.

- Não tinha conhecimento do pedido e respetivo conteúdo que foi feito à ANMP e lamenta a posição da Assembleia nesta matéria, pois não faz parte da comissão de acompanhamento do PDM, nem como membro efetivo ou suplente, julgando que o assunto estava encerrado.

- Apurou junto da ANMP e, constatou que o parecer diz apenas respeito à opinião do jurista que o elaborou, não tendo a ANMP se debruçado sobre o tema.

- Está a elaborar um pedido de esclarecimento e qual a posição da própria ANMP, mas como já há esta informação no expediente, importa referir o seguinte:

«A informação não esclarece quais são as atribuições e competências dos membros da comissão de acompanhamento, em especial do membro da Assembleia Municipal.

Por outro lado, a informação refere que os eleitos para cargos políticos não podem intervir em atos ou procedimentos administrativos, caso tenham interesse os cônjuges ou parentes em linha reta até ao 2º grau, entre outros.

Quanto ao primeiro, já foi referido aqui por mim quais são as atribuições e competências dos membros da comissão de acompanhamento, de qualquer das formas eu vou esperar pela informação da Associação de Municípios, para quem sabe completar esta informação, já que a leitura da Portaria 1474/2007 suscita dúvidas a quem decidiu fazer este pedido.

Quanto ao segundo ponto, e visto que é o parecer técnico que levanta uma suspeita, não apenas sobre os membros da Assembleia Municipal a integrar a comissão, mas também sobre todos os eleitos e intervenientes no processo de revisão do PDM, estes últimos com competências administrativas, eu penso que à que pedir um esclarecimento sério à Associação de Municípios.

Afinal, o que este parecer vem dizer é que, para que se faça a revisão do PDM, é necessário saber se os eleitos e os intervenientes no processo, têm ou não interesses particulares, dos cônjuges ou dos parentes até ao 2º grau da linha colateral.»

- Gostaria de saber se a Câmara concorda com esta apreciação e se tomou as devidas precauções relativas a esta matéria.

- Conclui com base no parecer do departamento jurídico da ANMP, de que não existe qualquer impedimento, porque o interesse é definido pelo caso concreto e não pelos casos gerais e, as comissões de acompanhamento e em especial os membros da Assembleia Municipal, não discutem casos concretos, apenas situações gerais de revisão.

- No processo de revisão do PDM, os proprietários podem pronunciar-se sobre casos concretos relativos à sua pessoa e do seu interesse, na fase da participação pública. Não necessitam de técnicos ou políticos, porque a participação pública é exigida para que possam defender os seus interesses económicos, sociais, culturais e ambientais.

- Lamenta a suspeita sobre a questão da imparcialidade, sobre um eleito de

Peniche, com base num hipotético interesse no processo, passando a imagem de que estar eleito, não é defender o interesse público.

- Espera que a Assembleia Municipal e a Câmara tenham consciência da importância deste parecer para a revisão do PDM e, que se levantaram questões relativamente a uma eleita, que não está envolvida na elaboração do mesmo, estejam conscientes que terão de levantar se já não o fizeram a todos os técnicos e eleitos que efetivamente estão envolvidos no processo.

- Tem a certeza que já têm pronto para apresentar, caso necessário e, se a Assembleia assim o entender, a lista de todos interesses imobiliários de todos os intervenientes no processo, sejam políticos, técnicos da Câmara, de outros organismos, dos seus cônjuges ou seus parentes até ao 2º grau da linha colateral e caso se verifique um interesse imobiliário que seja, a pessoa terá de ser afastada da revisão do PDM.

- É natural que tenha levantado a questão, porque a seu ver o parecer foi inoportuno, pois já estava definitivamente afastada do processo, tanto como membro efetivo e suplente e quer que a Assembleia e a Câmara tomem as devidas precauções, para que esta questão fique definitivamente esclarecida.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que:

- Solicitou esclarecimento acerca do processo e eventuais falhas que possam ter existido no mesmo, dando seguimento, pois, suscitou-lhe dúvidas que pretende esclarecer e tem direito a isso, como qualquer outro deputado.

- A sua posição sobre esta matéria sempre foi conhecida e que teve oportunidade de expressá-la em sede aquando da discussão da constituição da Comissão.

- Teve o cuidado de solicitar que lhe fosse dado conhecimento e de que houve de facto essa preocupação, pois havendo algo a esclarecer acerca de qualquer deputado, o mesmo terá de ser informado.

- Admite que possam ter havido falhas e, se for caso disso, conversará novamente sobre o assunto e, rever o que eventualmente possa ter falhado e corrigi-lo.

Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

- Para não se perder nesta matéria, traz uma intervenção escrita, para que fique registada em ata, porque entende que foi considerado agressor e a seu ver é a vítima.

- Para perceber todo o processo e tendo dúvidas, tem direito a expressá-las e a ser esclarecido acerca da nomeação dos representantes da Assembleia Municipal, para integrarem a comissão de acompanhamento da revisão do PDM.

- Em cumprimento do n.º 2 da ordem de trabalhos da reunião de setembro último, procedeu-se à eleição do representante da Assembleia Municipal, na comissão. O grupo do PSD propôs a senhora deputada Cristina Leitão, o grupo do PS propôs o senhor deputado João Gomes e o grupo CDU optou por não propor nenhum dos seus deputados.

- Após votação, foi eleito o senhor deputado João Gomes como membro efetivo.

- No intervalo entre a eleição referida e a reunião da Assembleia Municipal de novembro, teve-se conhecimento de que era necessário também eleger um deputado,

como membro suplente.

- O grupo do PSD declarou que no seu entendimento deveria ser a senhora deputada Cristina Leitão. Os grupos CDU e PS entenderam que o membro suplente teria de ser expressamente indicado, para a referida eleição.

- O grupo do PSD não concordou e informou de que não iria participar na eleição, o grupo do PS indicou o senhor deputado Américo Gonçalves e o grupo da CDU mais uma vez absteve-se de apresentar candidato.

- Após votação foi eleito o senhor deputado Américo Gonçalves.

- Por parte do PSD foram feitas acusações de marginalização contra a CDU, por entenderem que existiram pressões inusitadas e inexplicáveis, para impor a sua vontade contra a maioria dos membros da Assembleia.

- Declarou e, alertando que o fazia em nome pessoal e não como líder da bancada da CDU, de que tinha dúvidas se, a eleição da senhora deputada Cristina Leitão para a comissão de acompanhamento da revisão do PDM, poderia gerar conflito de interesses. E que de imediato surgiram algumas intervenções que indiciavam repulsa, afirmações que o deixaram surpreso, desagradado e que parecia que tinha cometido um pecado capital, por expressar com sinceridade a dúvida que o assistia.

- Em consequência desta situação, o PSD enviou um comunicado para a Comunicação Social, onde indicava que a CDU quis marginalizar o PSD na revisão do PDM, deram a entender que os representantes efetivo e suplente da Assembleia foram eleitos pela CDU, afirmaram que a CDU se recusou a aceitar o resultado da votação realizada na reunião de outubro.

- Não é verdade que a CDU tenha querido marginalizar o PSD na revisão do PDM, que os representantes efetivo e suplente foram eleitos pela maioria de votos da CDU e do PS.

- A CDU não detém a maioria na Assembleia Municipal.

- A CDU e o PS, na reunião de outubro interpretaram que era para eleger um só representante como membro efetivo e, até à data não se sabia que seria necessário eleger também um representante como membro suplente.

- Assim sendo, e face às circunstâncias, a maioria dos deputados entendeu que se deveria proceder a nova votação, pois a pessoa que ficou em 2º lugar na votação anterior, em outubro, não poderia ficar automaticamente como membro suplente, porque nessa data não se sabia dessa necessidade.

- Neste processo a maioria votou livremente, de forma clara através de voto secreto e não aceitou a imposição de uma minoria, pois seria antidemocrático.

- A Assembleia Municipal é formada em maioria pelo conjunto de votos dos deputados do PSD e PS e naturalmente a CDU aceita os resultados expressos. Tal como o grupo do PSD terá também de aceitar as votações democráticas que não lhes sejam favoráveis.

- Após a tentativa de ser incriminado, denegrado, envergonhado, de que tinha lançado suspeições sobre a deputada municipal do PSD, mostrando uma enorme falta de respeito pelos eleitores de Peniche, sem qualquer direito à defesa, refletiu, reuniu com o coletivo e reafirmou que em nova reunião da Assembleia Municipal se reservava no direito de voltar a abordar o assunto.

- Mesmo depois da intervenção do senhor Presidente, numa reflexão

individual, entendeu que para encerrar este capítulo, utilizou do direito que o assiste e requereu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal um pedido de parecer jurídico à ANMP acerca das questões que suscitavam dúvidas.

- Tendo recebido o parecer solicitado, é legítimo dar conta do mesmo no local apropriado, a Assembleia Municipal.

- O grupo do PSD, perante as dúvidas expressas, não procurou inteirar-se se eram legítimas. Imediatamente optou pela chacota política e ataque pessoal deturpando e omitindo factos.

- Agora que já se conhece o teor do parecer jurídico, questiona o grupo do PSD se utilizará os mesmos meios de informação, para minimizar a situação, reconhecer os erros cometidos, repor a verdade dos factos e pedir as devidas desculpas.

Cristina Leitão (PSD):

Disse que:

- O senhor Henrique Bertino acusa o grupo do PSD, esquecendo que naquele dia, foi acusada de não ser uma pessoa séria. Tendo sido essa a questão fundamental, a suspeição levantada sobre si e, não a questão da imparcialidade.

- O parecer que foi pedido à ANMP, foi apenas sobre a sua pessoa, pelo facto de ser arquiteta e a sua profissão é que levou a uma suspeição, porque poderia ter interesses.

- Foi um processo democrático e a eleição foi feita, foram escolhidas as pessoas e que o assunto para si ficou terminado.

- Se o senhor Henrique Bertino se sente lesado, também a própria se sente lesada, pois também já foi acusada várias vezes na Assembleia, portanto estão na mesma situação.

Ângelo Marques (PS):

Diz que:

- Relativamente a esta temática o grupo do PS entende que em setembro, foi feita uma votação para a comissão da revisão do PDM, em que contrapunha o senhor deputado João Gomes indicado pelo PS, com a senhora deputada Cristina Leitão indicada pelo PSD e que foi eleito o senhor deputado João Gomes.

- Não tem nada a considerar relativamente à idoneidade pessoal e profissional da senhora deputada Cristina Leitão.

- Havendo necessidade de eleger um Deputado Municipal como membro suplente, houve uma nova votação e foi eleito o deputado Américo Gonçalves.

Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

- Defende que as atas não devem ser extensas, mas que esta intervenção foi feita com o propósito de constar na íntegra, para referência futura.

- Deve-se recorrer ao que foi dito, na reunião em questão, a fim de confirmar se se referiu à senhora deputada municipal Cristina Leitão, como não sendo uma pessoa séria.

- Admite que devido à atividade laboral da senhora deputada, arquiteta, poderia ser usado em seu benefício.

- A partir do momento em que o PSD emite um comunicado para a comunicação social, não só em relação à sua pessoa, como a todo o processo, se sentiu revoltado, porque considera que houve mentiras e omissões.

- Sempre afirmou que a sua intervenção foi feita em nome individual e não como líder de bancada da CDU, estando isto gravado e em ata e, que no seu entendimento, ao haver demasiada pressão para que a senhora deputada Cristina Leitão fosse eleita como membro suplente, sem nova votação, lhe suscitou dúvidas.

- O comunicado feito pelo PSD ficará para sempre registado na internet, tal como a sua intervenção irá ficar.

- Há sempre opiniões diversas e entende que o PSD, antes de emitir o comunicado, deveria ter pedido um parecer jurídico a alguém competente na matéria e aí sim emitir o comunicado devidamente fundamentado.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

- À data da publicação do comunicado, era presidente do PSD e por ter essa responsabilidade teve oportunidade de responder ao senhor Presidente da Assembleia, numa intervenção que foi lida, julga que em dezembro ou fevereiro.

- O parecer apresentado debruça-se sobre a suspeição e possível incompatibilidade da atividade laboral de um eleito, que pudesse comprometer a sua participação na comissão de acompanhamento da revisão do PDM.

- Na sua opinião jurídica, o parecer foi realizado de uma forma descuidada em relação a algumas questões e frisa que, a questão fundamental deveria ser quais os poderes que os elegidos teriam na comissão e não, lançar suspeições de que os elegidos estariam na comissão sem o intuito de defender os interesses públicos.

- Considera o parecer da ANMP inaceitável.

- O comunicado do PSD nada teve a ver com, se se pode ou se há incompatibilidade em relação aos eventuais elegidos, pelas atividades laborais mantidas, mas apenas com a não concordância do processo de votação, que o PSD considera que não foi democrática pela forma como foi recusada, manter a decisão da primeira votação.

- O próprio professor Américo Gonçalves concordava com que fosse a senhora deputada Cristina Leitão, exatamente por ser arquiteta e teria as competências necessárias.

- Com a comissão que agora se formou concluiu-se que devem ser as pessoas com as competências devidas, a fazer parte da comissão, pois poderão dar melhor contributo devido ao seu conhecimento na área.

Carlos Almeida (CDU):

Disse que:

- Na altura, ficou muito incomodado com o comunicado emitido e optou por não intervir, porque o senhor Presidente da Assembleia o fez de forma mais correta, como vem sendo hábito e, sendo membro da Assembleia, na altura apenas devia tentar apaziguar a situação.

- Nunca esteve em causa a honra, caráter da senhora arquiteta Cristina Leitão, que está acima de qualquer suspeita.

- A votação foi unicamente política e o membro a ser escolhido, para ser eleito um político, membro da Assembleia e não um técnico.

- Havia dois candidatos, um do PSD e um do PS e a escolha recaiu sobre o do PS, com a seguinte votação:

- 16 votos para o Dr.º João Gomes
- 9 votos para a senhora arquiteta Cristina Leitão
- 2 votos em branco.

E como se pode constatar, quem votou na senhora arquiteta, não foram só os colegas do PSD, isto a propósito, de que o comunicado fala só de uma bancada e do senhor Henrique Bertino apelidado de líder da bancada comunista. Este termo já está em desuso, é CDU o correto e se foi utilizado este termo repetidas vezes, foi propositado, para causar impacto no público. Deveriam ter também referido que eventualmente três pessoas da dita "bancada comunista", não votaram na bancada do PS.

- O comunicado refere que a CDU optou por não ter candidato, mas não refere o nome do candidato eleito, para ser do conhecimento público quem caba por representar a Assembleia.

- Não refere que a CDU abdicou de apresentar candidato, que houve dois candidatos, um do PSD e outro do PS, dá só a entender explícita e implicitamente que a senhora deputada Cristina Leitão, não foi eleita porque os "comunistas" não o quiseram.

- Na sua opinião, numa leitura apressada matematicamente pelo menos um membro da CDU votou na senhora deputada e outros dois, em branco.

- Aquele comunicado não foi correto, não está, nem nunca esteve em causa a seriedade da senhora deputada, mas que a própria o possa ter interpretado dessa forma.

- Ao longo destes 4 anos de mandato, aprendeu a respeitar as intervenções da senhora deputada e arquiteta Cristina Leitão, no que diz respeito a esta matéria sempre foi interventiva e que admira essa postura.

- Fica muito satisfeito por haver jovens com capacidade para intervir, referindo o senhor Tiago Gonçalves que saiu da Assembleia por motivos laborais e, que faz falta gente jovem e que fique claro o respeito que tem.

-O comunicado foi infeliz em todas as matérias.

Anabela Dias (PS):

Disse que:

- Na última sessão da Assembleia e já no final dos trabalhos, num aparte e desconhecendo se está registado em ata, o senhor José Leitão referiu que algumas das pessoas convidadas pelo senhor Presidente da Assembleia, por lhe parecerem as mais competentes na ajuda das várias comissões e regulamentos, afirmou que finalmente era reconhecida a capacidade de alguns, porque até à data não tinha sido feito.

- De certeza se referia à senhora arquiteta Cristina Leitão e de alguma forma foi dito, que não a queria na comissão de acompanhamento da revisão do PDM.

- Fez algumas intervenções após o senhor José Leitão ter feito estas observações e desconhece se ficou registado em ata.

- Concorda em absoluto com o que foi dito pelo senhor Carlos Almeida, não estando a pôr em causa a capacidade profissional ou idoneidade da senhora arquiteta Cristina Leitão.

- A bancada do PS resolveu apresentar um candidato, todas as bancadas votaram e o candidato ganhou em detrimento da candidata apresentada pela bancada do PSD.

- Não concorda com o que foi dito pelo senhor Ademar Marques, não deixando de respeitar a sua opinião, e também como jurista, disse que quando foi detetado o erro em que eram necessários dois membros: um efetivo e outro suplente, não se poderia repriminar uma eleição que já tinha terminado, tem de ser sempre feita uma nova eleição.

- Na nova eleição foi apresentado, pela bancada do PS, o professor Américo Gonçalves e após votação foi eleito como membro suplente.

- Não põe em questão a capacidade profissional da senhora arquiteta, mas que a própria como membro da Assembleia Municipal e da bancada do PSD, tem de respeitar as eleições que são feitas na Assembleia.

- Não admite pressões, quer através de comunicados, quer através de emails, pois estão todos reunidos, sabendo o que estão a fazer e quem são as pessoas mais capacitadas.

- Pode não haver conflito de interesses, mas dada a pressão que foi feita, pareceu que havia um interesse escondido em que a senhora arquiteta Cristina Leitão fosse eleita para esta comissão.

- A bancada do PSD tem alguma dificuldade em ouvir de forma clara a opinião dos outros, mas que de qualquer forma, muito calmamente continua a dizer que estão a empolar e a alongar uma situação, que não faz sentido continuar. E com certeza o senhor Presidente irá intervir e encerrar o assunto.

- Quando deu o seu nome ou o senhor Presidente da Assembleia Municipal o sugeriu, para comissões em que estavam em causa regulamentos, o fez naturalmente por ser jurista e/ou ter essa formação e nunca porque poderia ter algum interesse.

- Continuando sem pôr em causa, o nome, idoneidade e capacidade profissional da senhora arquiteta, deixando bem claro que não quer levantar suspeições, continua a parecer que toda a pressão feita, quer dizer algo.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Relembra que estão num ponto, que tem a ver com outros assuntos de interesse para a Autarquia. Que este é um ponto que interessa esclarecer, a verdade é que já foi esclarecido e há assuntos mais importantes para serem tratados hoje, pedindo desculpa pela sua intervenção.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

- A senhora deputada Anabela Dias ao dizer cinco ou seis vezes que não levanta suspeição, consegue levantar uma suspeição.

- Que o senhor deputado Carlos Almeida no comunicado se refere não à segunda votação e não à primeira votação, sendo infeliz voltar-se a falar de que há interesses, quando o único interesse que há é o interesse público.

- Não pondo em causa a legitimidade do senhor deputado João Gomes, no entendimento do PSD, o interesse público ficaria melhor assegurado, pela pessoa que tinha mais competências na área tendo capacidade para perceber o que está a ser

discutido e assim o transmitir de forma correta à Assembleia.

- As questões levantadas pela senhora deputada Cristina Leitão relativas ao parecer são importantes e a Câmara deve tê-las em consideração para que o processo não fique "inquinado".

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que:

- Já foi dito o suficiente, tendo sido expressas as devidas legitimidades e confessa que relativamente ao seu papel na Assembleia, já disse que o comunicado do PSD não foi muito feliz, explicando e fundamentando porquê e em devido tempo por escrito.

- Não sabe se se recordam, que trouxe à Assembleia uma carta de compromisso ético, que foi debatida e que se deve refletir eticamente sobre estas questões, não pondo em causa opiniões legítimas desde que corretamente expostas.

- Crê que está expresso que o assunto irá ter consequências e que ficaram as opiniões devidamente clarificadas. E que da sua parte, onde eventualmente possa ter cometido uma falha referente à comunicação, vai verificar, porque faz questão dessa gestão, mas que procurou sempre que o processo fosse o mais transparente possível.

José Amador (CDU):

Disse que manifesta em nome da CDU o desagrado e repúdio, do governo ter acabado com a Região de Turismo do Oeste porque é uma região linda, do nosso litoral, com fortes tradições e que não teve o merecido respeito.

Álvaro Amador (CDU):

Disse que a propósito do mês de abril e de no dia 18 do mesmo se ter celebrado o Dia Internacional dos Monumentos e dos Sítios, em vários órgãos da comunicação social, veio a reparação por parte Câmara da Muralha de Peniche, na zona do Quebrado. Gostaria de mais esclarecimentos sobre esta recuperação, quando poderá começar e em que moldes.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Disse que:

- Chegou a uma situação insustentável, estarem à espera de quem devia intervir nesta recuperação da muralha do Quebrado.

- Sendo monumento nacional, é propriedade da Direção Geral do Tesouro e Finanças, sendo da tutela do senhor Ministro Vítor Gaspar e isto é referido porque além do Ministério não intervir, ainda foram reduzidas as transferências.

- Após várias comunicações superiores para que houvesse a intervenção da Direção Geral do Património Cultural, a resposta obtida do próprio subdiretor geral que aqui esteve, não dispõe do dinheiro, porque o Ministério das Finanças não lhes disponibiliza verba.

- Em pareceria, com um acompanhamento técnico por parte da Direção Geral do Património Cultural e com meios disponibilizados pela Câmara, vai ser revolido o areal onde se encontram alguns dos blocos que se foram desprendendo, aproveitando as marés, já no mês de maio.

- Foi enviada uma carta para a Agência Portuguesa do Ambiente, no sentido de ser estudada uma solução.

- Internamente a nível Camarário, já foi vista a solução que passa, primeiro por uma reposição com a proteção da base da muralha e foi proposto à Direção Geral do Património Cultural, mas como aquela zona é domínio público marítimo, quem terá de dizer se a intervenção é tecnicamente adequada, é a Agência Portuguesa do Ambiente. Nesse sentido foi solicitado à Agência Portuguesa do Ambiente que desenvolva um estudo, acompanhado pela Câmara, nesse sentido e, espera que venha a ser concretizado em maio.

- Quanto à questão da guarita da Gambôa, que está numa situação de risco e o Município não tem dinheiro, nem competência para intervir, mas que já se tomaram algumas medidas, no sentido de impedir o acesso à sua parte mais próxima e respetivo acesso ao seu interior, tendo sido desenvolvidas umas placas, para serem colocadas com visibilidade aconselhando que as pessoas não fiquem na proximidade, aquando da visita do subdiretor geral do Património e Cultura e visto ser da competência da Direção Geral do Tesouro e Finanças, aguarda-se a visita do Subdiretor Geral do Tesouro e das Finanças.

- Não estão descansados com esta situação, como se pode constatar e, portanto durante o mês de maio e junho irá ser feita a reposição dos blocos que estão soltos, a fim de minimizarem o problema.

- Mais uma vez a Câmara Municipal está a substituir-se à Administração Central, relativamente a uma situação que não é da competência da Câmara, mas os locais desconhecem isso e é à Câmara que recorrem.

Filipe Sales (PSD):

Disse que:

- Relativamente a esta matéria, que têm seguido com alguma atenção e cuidado e, que já tinham levantado a questão na última Assembleia Municipal, é de facto preocupante o estado em que a guarita se encontra, sobretudo pela forma como tem sido tratada com o estacionamento de autocaravanas, que assim fazem pressão sobre aquela zona fragilizada. E que pôde constatar isso, agora no feriado do 25 Abril, quando por lá passou em passeio.

- Numa reunião de grupo de trabalho relativa ao regulamento do estacionamento da cidade, com o senhor Vice-Presidente Jorge Amador, o PSD colocou a questão das autocaravanas não estarem contempladas no dito regulamento, tendo verificado que é hostilizado o estacionamento de algumas autocaravanas em determinados locais, mas não é claro, quais as alternativas para o estacionamento das mesmas. Os autos caravanistas são necessários a Peniche, pois são turistas que visitam e assim promovem e contribuem.

- Gostaria de saber em que ponto está o regulamento, porque o senhor Vice-Presidente Jorge Amador disse numa reunião, que em janeiro de 2013 apresentaria em Assembleia Municipal o regulamento específico, visto este não poder de alguma forma ser agregado com o regulamento de estacionamento já existente, porque o regulamento de autocaravanas é à parte e, já estamos perto do mês de maio e ainda há esta questão por resolver.

- Congratula a autarquia por se preocupar com esta questão e o PSD tem a

virtude de a saudar, quando de facto se fazem coisas em prol do bem comum.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Silvino João (PS):

Perguntou:

- Se dentro da Ilha do Baleal se há algum bar com o horário permitido para além das 2h da manhã e se os bares estão sujeitos a horários.

-E se a Câmara tem algum poder na associação "Arr'burro", porque a mesma em determinados dias funciona 24h seguidas e se tem autorização para isso.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Disse que:

- Não está no momento em posição de responder ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Silvino João, mas que o assunto irá ser apreciado no dia seguinte em reunião de câmara e a Dr.^a Josselène transmitirá o que se está a passar.

- Foi solicitado à Câmara a concessão do horário do café Central, dentro da Ilha, das duas da manhã para as quatro da manhã.

- Houve uma situação muito complicada com o Bar da Ilha, com reclamações feitas junto de todas as entidades, mas felizmente o Bar da Ilha, foi adquirido por um surfista sul-africano tendo dado lugar a uma recuperação de imóvel, um bom exemplo de reabilitação, que sugere que constatem.

- Receberam informação da parte dos promotores do Café Central de que há espaços com outros horários.

- Um dos locais agora referido, trata-se de um apoio simples de praia com horário de verão e que o horário que foi deliberado pela Câmara foi até à 22h, poderá ser este que tenha um horário diferente.

- Não tem informação se haverá algum bar com que tenha ou já tenha tido, o horário até às 4h da manhã.

- O "Arr'Burro" independentemente de ser explorado por uma associação, tem regras, a cumprir, como qualquer outros estabelecimentos comerciais. Assim sendo iremos verificar qual o horário que tem e a partir do momento que tenha horário, terá que o cumprir.

- Solicita e agradece que os respetivos serviços façam a devida avaliação.

- Respondendo à questão colocado pelo senhor Filipe Sales, tem havido um investimento por parte do município, relativamente ao aumento da capacidade de acolhimento dentro do nosso próprio Parque de Campismo com a devida prestação de serviços específicos para as mesmas e que o senhor Vice-Presidente Jorge Amador, poderá esclarecê-lo melhor, visto ser da sua área.

- Ainda no mandato anterior, a Câmara Municipal viabilizou a cedência de terrenos para o Parque Campismo da Marginal Norte, para que também fossem criadas condições de acolhimento aos autocaravanistas. Houve esse investimento.

- Concorda com a questão colocada e que devemos criar uma rede sinalética, não por uma questão de trânsito, mas por uma questão de proteção patrimonial, nos locais sensíveis, como na questão das arribas e do património. Deve ser feita de forma conjunta com a Agência Portuguesa do Ambiente e Direção Geral do Património Cultural que são quem administra aquele território.

- Da mesma maneira que já estão a fazer a sinalética, para que as pessoas se

possam prevenir, relativamente ao que possa acontecer. Se eventualmente algo aconteça, a responsabilidade civil e criminal, imponderá sobre a questão do proprietário que está devidamente notificado sabendo as implicações que possa causar.

- Disse que apesar do senhor Filipe Sales achar que é um assunto que não interessa à Câmara, engana-se porque o valor que está a ser despendido no local, a utilização das máquinas e pessoas necessárias, ao estarem ali, não poderão estar noutra local, podendo vir a prejudicar as Juntas de Freguesia, que delas necessitam.

- Sobre as questões do regulamento do estacionamento de autocaravanas, dá a palavra ao senhor Vice-Presidente Jorge Amador.

Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

- A questão que foi colocado referente ao regulamento do estacionamento das autocaravanas, carece de uma resposta mais completa e devidamente fundamentada.

- Nestes 4 anos de mandato, foram resolvidos três problemas essenciais, como, o de estacionamento abusivo de autocaravanas, sendo mesmo uma violação da lei e acrescenta que acontece porque na maior parte das situações, tanto a PSP como a GNR não intervêm como deveriam e, também a Autoridade Marítima como completou o senhor Presidente.

- Sabemos que as autocaravanas podem estar paradas e não estacionadas a ter usufruto do local e ocupando o espaço envolvente com mesas, cadeiras a fazer refeições.

- A zona que foi referida pelo senhor deputado Filipe Sales, em Peniche de Cima e que tão bem conhecem, é de facto flagrante o que ali se passa com o uso e abuso dos autocaravanistas, mas não há ali qualquer tipo de fiscalização.

- O Parque Central da Cidade, o Lagido foram três e mais recentemente o Porto da Areia Sul, foram três dos exemplos em que a Câmara interveio e resolveu o problema. Depois ainda há todos os outros desde a Consolação até toda a nossa zona costeira na cidade.

- Relativamente à questão do regulamento, foi dada indicação aos serviços no sentido de se preparar, um regulamento. Os mesmos serviços que irão elaborar o regulamento, já prepararam as propostas de regulamento, que estão nos pontos 14, 15, 16 e 17. Quando esse trabalho estiver concluído, avançarão para o próximo regulamento.

- É um objetivo que têm e que fazem questão de o apresentar rapidamente, assim que os serviços o possam fazer e até já foi conversado em sede de comissão, algumas ideias já de outros regulamentos existentes, como por exemplo o da Figueira da Foz.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que:

- Estavam a atingir os 90 minutos regimentais e que a seguir estava o próprio inscrito, como estavam a senhora deputada Cristina Leitão, o senhor deputado Ademar e o senhor Salvador, que entretanto se inscreveu, que se ia terminar o ponto antes da ordem do dia de forma a ser cumprido o que está no regimento, com as tais duas e já com a meia hora de prolongamento.

- Na questão relativa ao Hospital e onde tem havido unanimidade do ponto de

vista político. Solicita que o senhor Presidente possa também acrescentar alguma informação que entretanto tenha havido.

- No passado dia 12 de abril, numa conferência de imprensa, em que participou representando a comissão de Peniche, juntamente com as de Caldas da Rainha e Torres Vedras, foi expresso aos senhores jornalistas de que há um sentimento de profunda preocupação e repúdio, sobre as intenções do Centro Hospitalar do Oeste, sobretudo pela falta de diálogo que tem existido por parte das entidades e particularmente do Ministério da Saúde com aqueles que são os representantes das populações e comunidades que serão servidas por esta rede hospitalar.

- Os cidadãos da zona oeste estão seriamente prejudicados no acesso a uma saúde de qualidade, devido a um progressivo esvaziamento do sistema de saúde.

- O CHO já apresentou uma proposta ao Ministério da Saúde, que sabemos que é a mesma apresentada pelo Centro Hospitalar do Oeste Norte, as garantias que foram dadas, neste momento de pouco valem.

- A preocupação existente relativamente à continuidade do 1º responsável pela administração do CHO e que já era o 1º responsável, com os resultados que se conhecem, pela administração do CHON, agrava a situação.

- A Comunidade Intermunicipal, subscreveu todas as preocupações, as nossas, as da plataforma dos utentes dos três hospitais, de Peniche, de Caldas da Rainha e o de Torres Vedras. Foi feita uma proposta à Comunidade Intermunicipal, que era assegurar os transportes dos utentes entre os respetivos hospitais.

- A Comunidade Intermunicipal tem uma posição, que o senhor Presidente poderá explicar melhor, também manifestamente contra.

- A realidade é que se continua sem ver, da parte das autoridades, o sinal positivo que entendemos que deveria existir, como receber e ouvir as pessoas.

- Não sabemos exatamente quais são os planos para a saúde no Oeste, para a rede hospitalar e obviamente o que interessa é a realidade de proximidade, que é o Hospital de Peniche.

- Já existem dificuldades resultantes um pouco das insuficiências financeiras mas não só, na medida de se garantir um patamar de segurança e qualidade de vida aos cidadãos. Na vertente da saúde as consequências poderão ser drásticas.

- Já teve oportunidade de colocar a questão em sede da Comunidade Intermunicipal do Oeste e está convencido que serão chamados em breve mas se calhar para mais uma vez terem de rebater algumas propostas, que nada têm a ver com os anseios e preocupações das populações.

- Gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara, se houve algum desenvolvimento e se haveria alguma novidade, boa ou má, relativo a esta matéria da parte do Ministério da Saúde e Comunidade Intermunicipal do Oeste.

- A Comunidade Intermunicipal tem posições muito concretas relativas à matéria em questão.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU)

Disse que:

- Infelizmente não havia novidades, mas partilhou os termos que os Presidentes da Câmara do Oeste tomaram.

- Por haver ali pessoas que habitualmente não se encontram e não estão tanto a

par do trabalho, expõe, que os 12 Presidentes de Câmara que se reuniram no quadro do conselho executivo da Comunidade Intermunicipal, deliberou na sua reunião, manifestar o desagrado e repúdio, de falta de transparência, ausência de documentação nas reuniões de trabalho, que foi uma das recomendações que colocaram para participarem no grupo de trabalho.

- O repúdio também se aplica à sugestão proposta de que os Municípios do Oeste contribuíssem financeiramente, para o transporte dos doentes.

- Os 12 Municípios por unanimidade, recusaram, em sede do conselho executivo, esta situação e lembraram que ainda aguardam o que foi prometido em fevereiro de 2012, o documento de reorganização das unidades hospitalares da região do Oeste, que o senhor Secretario de Estado Ajunto da Saúde disse que enviaria em dias.

- Aguardam também, o que foi prometido pelo grupo parlamentar PSD, na reunião em que também estiveram presentes o Filipe e o Ademar, em que foi prometido por um Vice-Presidente do PSD com responsabilidades na Comissão Parlamentar da Saúde, de que em maio ou junho do ano passado seriam recebidos pelo senhor Ministro, quando houvesse o tal documento que é elaborado pela Entidade Reguladora dos serviços da Saúde.

- Peniche tem razões de queixa num tema tão importante como este, pela falta de respeito demonstrada pelos senhores Ministros que não são eleitos, são nomeados, escolhidos, por quem é eleito democraticamente, como são os Presidentes de Câmara. Se fosse só a Câmara Municipal de Peniche, já era grave, torna-se mais grave porque a própria Comunidade Intermunicipal do Oeste também não consegue ser recebida, apesar de em fevereiro de 2012 lhes ter frontalmente transmitido de que iria haver o envio desses documento e em seguida a reunião.

- O que é sabido ou pressupostamente aconteceu, é que o dito documento seguiu para a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, mas nós não o temos e não vamos querer especular.

- O que por mim foi dito em relação às questões associadas ao compromisso de 2008, para com o município de Peniche, através da portaria da criação do serviço de urgência básica, que esse é um compromisso de que não abdicaremos, que atenda à especificidade do nosso território e que garanta a acessibilidade aos erviços, aos cuidados hospitalares, porque é uma das funções sociais do Estado.

Cristina Leitão (PSD):

Disse que gostaria que o senhor Presidente, após 7 meses de ter colocado as questões relativas à reposição da legalidade da Água Doce e do processo de colocação de passadiços de acesso a algumas praias, nomeadamente Peniche de Cima, Baía e Baleal, por considerarem áreas muito frágeis e que estaria em causa a destruição do património natural, lhe dissesse quais são as novidades, sobre estas matérias.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Disse que:

- O projeto do plano de praia para o Medão/Supertubos, onde estão contemplados por exemplo os acessos e os passadiços sobre-elevados feitos pela CCDR, que entretanto tinha passado essa componente para a Agência Portuguesa do

Ambiente, se encontrava incompleto e desajustado. Tendo sido a Câmara a assumir e finalizar esse estudo, que se encontra agora, completo e entregue na Agência Portuguesa do Ambiente.

- Que fique claro de que não é da competência do Município de Peniche para além que não há condições para financiar o diferencial entre o valor total do projeto. Porque as concessões e licenças são pagas à Administração Hidrográfica do Tejo e, não ao Município.

- Para a praia da Consolação foi elaborado um estudo/projeto feito pela ARH, que prevê uma outra concessão, prevista no plano de ordenamento da orla costeira, mais a norte, a Consolação Norte, há o da Conchinha e ainda está previsto a criação de um outro.

- Nesse plano de praia estão previstos os passadiços sobre-elevados e se aguarda o lançamento de concurso, que foi prometido.

- Relativamente à proteção do património ambiental, mais concretamente o dunar, entre Peniche e o Baleal, está bem visível o investimento sucessivo que tem sido feito na proteção das areias, de modo a que fiquem contidas. Têm sido colocados passadiços, não sobre-elevados, próximo da nossa concessão, feitos pela carpintaria do município.

- Apesar da responsabilidade do investimento ser da Administração Central, a Câmara adquiriu bastantes estrados e está a equacionar fazer mais alguns.

- Está previsto que o novo Sr.º Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, responsável pelas questões do litoral, venha à Câmara para se inteirar dos múltiplos dossiers que temos, entre eles o da reposição da legalidade da água doce.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

- Retomando a intervenção do senhor Presidente, na questão da recuperação da muralha, concorda que a Câmara intervenha se a mesma se encontra em risco e tem vindo agravar-se com o passar dos anos.

- É interessante ter conhecimento de que o Estado não tem, nem vai ter dinheiro para investir em património que é pertença do Estado, não só neste como em todos os monumentos nacionais. Já os governos anteriores não fizeram qualquer intervenção na recuperação das muralhas.

- Várias Câmaras, algumas com acordos com os diferentes Ministérios, têm feito candidaturas, nomeadamente ao QREN, para permitir a reabilitação e limpeza das muralhas, em projetos que anualmente ascendem a 30 ou 40 mil euros. Dando como exemplo a Câmara de Elvas, que com uma intervenção nas muralhas que são propriedade do Ministério da Defesa, paga pela própria, conseguiu que fossem elevadas a património da humanidade.

- Se calhar tem mesmo de ser a Câmara de Peniche a assumir a limpeza e manutenção das muralhas.

- Relativo a uma informação disponibilizada pelo Departamento de Administração e Finanças, acerca das dívidas às Juntas de Freguesia do concelho, se constata que nada deve às Juntas de Serra d'El Rei, Ajuda, Ferrel e Conceição. À Junta de Freguesia de S. Pedro tem em aberto 200€ e à Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia 41.339,80€, valor a que ainda falta acrescer, segundo declarações nas negociações

sobre os orçamentos do senhor Vice-Presidente, o valor de metade da carrinha adquirida, que foi inscrita em orçamento e corresponde a 12.810,00€ perfazendo um total de 54.150,00€ e gostaria de saber se esta divisão corresponde a uma interpretação de equidade ou se está em curso algum procedimento por forma a sanar esta diferença.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Disse que:

- O senhor Vereador Jorge Abrantes irá dar informação sobre a questão das dúvidas às Juntas de Freguesia e explicar um pouco como se gere este assunto, tendo em conta que os presentes na assembleia também fiquem a perceber a relação com as Juntas de Freguesia.

- Que o senhor Vereador Jorge Abrantes vai explicar que existem protocolos que têm vindo a ser cumpridos, dar uma noção de qual é que é o valor e para que servem os mesmos, quais são os compromissos que o Município tem para com as Juntas, como suportar os custos com o pessoal e os apoios que existem.

- O que é contratualizado do ponto de vista do protocolo e da relação dos valores para o pagamento dos vencimentos e o que tem a ver com questões do funcionamento estão assegurados.

Vereador Jorge Abrantes (CDU):

Disse que:

- Referente à dívida que se constata para com a Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, explica que é resultante de várias deliberações, a mais antiga das quais, de 2009 referente a 50% do valor de aquisição de uma retroescavadora que corresponde a 30.300,00€. Em paralelo estão um conjunto de deliberações associados ao compromisso que a Câmara tem de pagamento semestral através de um subsídio, do tratamento da zona verde do jardim de Casal Moinho.

- Baseado na informação e com o somatório destas duas situações específicas acrescentando pequenos valores associados à luz de um ATL, estamos em dívida com os 41.339,00€ e, conforme solicitado na última reunião de câmara pelo Vereador do PSD, de como se iria proceder a esta regularização, foi elaborado um plano de pagamentos por forma a regularizar a mesma e assegurar o cumprimento integral deste compromisso.

- O plano de pagamento tinha sido enviado ao dia de hoje, no sentido de se encontrar um entendimento, relativamente à regularização da dívida, à semelhança do que tem sido feito com outros fornecedores com dívidas que o Município não tem tido capacidade de regularizar, apesar de inscritas em orçamento.

- Como o senhor Presidente da Câmara bem referiu, a Câmara tem assegurado protocolo de transferência de verbas para as freguesias, mesmo com a redução de verbas do Município, quer sejam nos impostos municipais, como nas transferências do Orçamento de Estado. E, que mensalmente é atribuída uma verba que assegura o cumprimento/apoio financeiro para que a Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia desenvolva as atividades, que no quadro são os respetivos compromissos e/ou programas, que entendam fazê-lo e utilizá-la da forma que julgam mais oportuna e conveniente.

- O Município é que assegura o pagamento integral das despesas com o pessoal

e respetivos encargos associados. E que aqui não estão contemplados os materiais, os combustíveis que são fornecidos às freguesias, para que possam continuar a exercer parte substancial, daquilo que são os seus compromissos.

- Está perfeitamente claro o reconhecimento da dívida, a elaboração do plano de pagamentos para a sua regularização e paralelamente e de extrema importância a manutenção do essencial dos apoios em termo de protocolo estabelecido (s) com a(s) freguesia(s).

Ademar Marques (PSD):

Disse que a questão do pagamento de metade do valor da carrinha, não está na informação e foi assumida pelo Sr.º Vice-Presidente Jorge Amador, em vários orçamentos.

Vereador Jorge Abrantes (CDU):

Disse que como ainda não foi objeto de deliberação, não pode estar incluída, porque só as deliberações é que são registadas para efeitos deste plano de pagamentos.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que:

- Sobre a questão da dívida já falou o suficiente e se não se engana, já dispõe do plano de pagamentos, mas ainda não teve oportunidade de analisar.

- Gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara o ponto de situação, sobre a possibilidade de deslocamento do quartel da GNR, para a Vila de Atouguia da Baleia, pois já foi feita uma visita à Vila e já foram equacionados vários locais.

- Gostaria de saber se o senhor Presidente da Câmara tem conhecimento do estado em que se encontra o caminho da Barragem de S. Domingos, intransitável. Durante vários anos não se pôde fazer nada, porque o plano de ordenamento da Barragem não estava aprovado, o que é certo, é que o plano foi aprovado salvo erro há 3 ou 4 anos, tendo ficado a Câmara como gestora desse plano de ordenamento, mas até à data, a Câmara não fez qualquer tipo de intervenção, nem em termos de fiscalização, nem de manutenção.

- Quando o plano de ordenamento foi aprovado, a Câmara fez uma grande campanha de plantação de árvores com as crianças das escolas do Concelho, mas que não se seguiu a manutenção das mesmas.

- Foi o Presidente da Junta que após 2 anos, que andou no meio das canas a ver se descobria algumas, reparando as possíveis e plantando outras e, de fato agora vê-se algo.

- Na altura o dito Presidente não foi convidado a estar presente na campanha de plantação de árvores.

Carlos Santana (PSD):

Disse que gostaria de saber se os valores que se encontram na informação da DAF estão corretos e se em relação às outras freguesias está tudo liquidado e, ainda, em que estado está o processo da construção da Biblioteca.

Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

- Quería dar os parabéns à Câmara pela obra que foi feita junto à ponte nova, que é um bom exemplo do que se pode fazer com pouco dinheiro.

- No seu entender, todas as freguesias devem ter protocolos, que sejam discutidos de igual modo, como os subsídios extraordinários e todas as verbas canalizadas devem ser quantificados, nomeadamente o gasóleo. Porque dá sempre a ideia que há freguesias mais beneficiadas, que outras.

- Neste momento se sente penalizado, porque a última viatura que adquiriu, há cerca de três anos, uma carrinha de caixa aberta com 7 lugares, não foi pedido subsídio à Câmara porque entendeu que já nessa altura a mesma, estava com dificuldades e não estava a atribuir subsídios.

- Não acha legítimo que algumas freguesias continuem a receber subsídios extraordinários e outras nem sequer tenham conhecimento dessa situação.

- Não está registado, mas há uma dívida à Freguesia da Ajuda, mas não está aqui a reivindicá-la.

- Para que fique registado em ata, para conhecimento público, quais são os montantes que cada freguesia levanta todos os anos.

- Nunca defendeu, que a Junta de Freguesia da Ajuda, da qual é Presidente, deva receber tanto dinheiro com a da Atouguia da Baleia, pois esta dentro da dimensão e condicionantes que tem e deve mesmo receber mais dinheiro.

- Os valores recebidos em 2012 pelas juntas foram os seguintes:

- Atouguia da Baleia - 194,831.28€
- Ferrel - 85,520.78€
- Ajuda - 72,177.45€
- Serra D'el Rei - 60,652.00€
- Conceição - 38,000.00€
- São Pedro - 23,000.00€

Que aqui é que está a injustiça, porque não é admissível que a Freguesia da Ajuda que tem uma área extensa, nem daqui a 20 anos terá concretizado todos os pequenos projetos, com o alinhamento e compra de materiais suportados pela Junta, para as obras que estão a decorrer e, não pela Câmara, como se insinua.

- A obra das traseiras da Prageira, está parada com o material em stock, porque estão proibidos de contratar pessoal.

- Na obra junto à rotunda da N.^a Sr.^a da Boa Viagem, o passeio, foi pago pela Junta da Ajuda.

- A obra do passeio que está a ser construído junto à Escola Secundária, paga na íntegra pela Junta.

- A obra que está iniciada no Bairro do Calvário, uma parte é suportada pela Junta e outra pela Câmara.

- A obra prevista junto à Rua do Sol, o largo que está há muitos anos por acabar, está a aguardar que haja disponibilidade de meios.

- Parece que a Junta injustiçada é a da Atouguia da Baleia e não outras.

- Poderia fazer muito mais se houvesse os meios necessários que a Câmara já dispôs até há uns anos atrás.

- Deveria ser tudo quantificado e cada Junta dizer onde é aplicada a verba

protocolada e disponibilizada pela Câmara.

- No seu entender há juntas que aplicam dinheiro em obras e outras em folclore.

- Acha que tem de haver dinheiro e que seja bem aplicado, dando esse exemplo ao povo.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Diz que:

- Por insistência do senhor Carlos Santana, na questão das freguesias, no porquê da Câmara dever a uns e a outros não, é simples, às Juntas que não se deve é devido ao facto de não haver apoio de forma significativa a essas.

- Estando no último ano de mandato e para o total do mesmo, no conjunto das transferências para as freguesias, o ranking é:

- Atouguia da Baleia - 865.000,00€, com um ritmo de pagamento mensal, sem nenhum valor em atraso.
- Ferrel - 360.000,00€
- Serra d'El Rei - 327.000,00€
- Ajuda - 300.000,00€
- Conceição - 147.000,00€
- São Pedro - 108.000,00€

E nestes valores, não está contemplada a questão do gasóleo, onde também tem havido apoio, embora de forma mais reduzida e controlada.

- Não há nenhuma discriminação entre as freguesias. Os valores são colocados às Juntas de Freguesia para executarem os seus trabalhos e caberá às populações avaliarem esse desempenho.

- Quanto à questão da obra da Biblioteca, esta foi adjudicada em 2005 e, infelizmente para todos, a empresa ficou insolvente e a Câmara teve de regularizar essa situação.

- O projeto foi feito pelo gabinete de apoio técnico das Caldas da Rainha e quando a CDU chegou à Câmara e o PS chegou ao Governo por ter ganho as eleições nacionais, o PS acabou com os gabinetes de apoio técnico, gabinetes estes, que faziam os projetos para os Municípios.

- Com a interrupção da obra, por força da insolvência, e, por força da alteração legislativa ainda no governo anterior, onde passou a existir uma nova legislação ao nível dos projetos e com as questões do AVAC, este projeto teve de ser refeito de início e a Câmara, apesar de não ter as competências devidas, porque é necessário um coordenador, suportou durante todo este mandato, o novo projeto que neste momento pronto.

- Devido ao Impulso Jovem, o Governo retirou aos programas operacionais regionais, cerca de 500 milhões de euros, no caso da Região Centro onde Peniche se encontra, teve um impacto na ordem dos 60 milhões de euros, que foi retirado ao próprio QREN.

- A abertura e lançamento do concurso terão de ser num momento mais propício em que haja mais dinheiro para o QREN. Mas que antes o Município tem outra prioridade que é a Escola da Atouguia da Baleia, do Centro Escolar.

- Da parte do Município de Peniche o trabalho está feito e quando houver

oportunidade, se verá como o poderemos incluir e, como se sabe, está contemplado naquilo que foram as grandes opções do plano, relativamente a 2013 e no quadro do acordo celebrado com o Governo, por causa do programa de apoio à economia local.

Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):

Disse que a Freguesia da Atouguia da Baleia, recebe mais sozinha, do que as quatro freguesias da CDU juntas.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Disse que:

- Em relação à questão da muralha e à abordagem feita pelo senhor Ademar Marques, de que a Câmara já está a fazer aquilo que não lhe compete, efetuando a intervenção e que não pode ir mais além, porque não é possível estar sempre a assegurar o que deve ser feito pela Administração Central.

- Relativamente à Barragem de S. Domingos, o plano de ordenamento prevê a gestão pelo Município, mas não se encontra transferida.

- Nas faturas de água que todos recebem, existe uma taxa, a TRH, taxa de recursos hídricos, que todos os municípios suportam e, exatamente a partir da TRH que deveria existir muitos dos investimentos e canalização de verbas.

- A TRH foi criada em junho de 2008 e o Município de Peniche, os municípios do concelho, já transferiu para a Administração, neste caso para a Agência Portuguesa do Ambiente, cerca de 600 mil euros, onde uma componente é a questão da água e a outra relativa à albufeira do rio de S. Domingos.

- Quanto à questão da GNR, as soluções que foram vistas e apresentadas não são exequíveis e está em falta esta minha informação para o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia e, tivemos de procurar, encontrar soluções em que o Município se possa mais envolver.

- Estão a ser trabalhadas duas hipóteses, que serão levadas a reunião de Câmara, até porque uma dessas hipóteses pode ser muito interessante. E mais uma vez a Câmara ter que se ir substituir à Administração Central, para resolver o problema do quartel da GNR.

- O Comando queria que o Município de Peniche interviesse aqui onde está a Brigada denominada, que era a guarda Costeira, a Brigada Fiscal e os membros da Câmara, politicamente recusaram, pois não se deve gastar um cêntimo aqui para dentro da Cidade e deve ser levada para o exterior.

- A outra solução vista, onde depois a senhora informou que não estava interessada, era também uma solução que iria implicar um investimento significativo por parte do Município.

- Se está a tentar encontrar uma solução que não seja tão exigente e, que possa ser resolvida com permutas de terrenos, estando o Município altamente empenhado em concretizar.

- A evolução relativamente aos terrenos é recente e ainda não teve oportunidade de partilhar com os colegas de Câmara e o irá fazer no dia seguinte e, com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia à posterior.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que:

- Em resposta ao colega da Junta de freguesia da Ajuda, que insinua que a freguesia da Atouguia da Baleia recebe mais de subsídios, do que recebem juntas as quatro juntas da CDU, tal acontece porque a freguesia da Atouguia da Baleia tem o dobro da área do que as quatro Juntas da CDU.

- Não se pode fazer comparações visto que a Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, sendo uma freguesia rural com 20 localidades ou mais, com equipamento próprio, que tem manutenção diária e tendo feito uma conta muito rápida, só em manutenção do parque de máquinas em 2011 e 2012, ultrapassou os 65.000,00€, verba essa, que antigamente a Câmara ajudava participando, o que não acontece atualmente.

- O que é aplicado em folclore, como foi dito, é para desenvolver a cultura local, fazendo o Festival de Bandas Filarmónicas, porque tem uma Banda Filarmónica. Faz o Festival de Rancho, porque tem dois ranchos na freguesia. Faz o "Pintar Atouguia", que é uma iniciativa que também já existiu em Peniche, e, assim promove e desenvolve a cultura local.

- As Juntas de Freguesia da Cidade não têm essa necessidade, porque é a Câmara que as promove e realiza.

- Fica por ali, porque acha de mau tom estar sempre com insinuações e críticas à sua freguesia e apenas referir que a gestão feita na Atouguia da Baleia é do agrado dos cidadãos, porque o Presidente de Junta eleito com mais votos, foi mesmo ele. Corrige, com mais percentagem.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 7 do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

Emanuel Noivo

Perguntou ao senhor Presidente da Junta da Ajuda, para quando o alcatrão na Rua Cidade de Seia, n.º4, em Peniche.

Sugere que o senhor Presidente da Junta dê um passeio por lá para verificar o lixo que lá se encontra na parte dos contentores.

Vasco Dias Lourenço

Disse que:

- Era pescador e vinha falar sobre a situação da renda da casa dos pescadores, na ilha da Berlenga e sobre a situação das candidaturas.

- Além de ser pescador, não exerce atividade constantemente, na área da Reserva Natural das Berlengas, porque tenho uma embarcação que não tem as

condições, para fazer uma travessia em segurança, por isso não faço uma pesca assídua na ilha, além disso sou mariscador, licenciado naquela área, desde que há licenças, e anteriormente, quando o Farilhão ainda não era considerado como Reserva.

- Gostava de saber e também de salientar, sobre o percebe, o percebe é um produto que é vendido em lota, como o pescado, e paga os mesmos como o desconto igualmente com o pescado, e isso não está declarado sobre as candidaturas anteriores, das casas dos pescadores.

- Deixava a sua opinião, sobre todos os candidatos, que deveriam ter em causa, as pessoas que se inscrevem como candidatos, se andam lá um ano inteiro à pesca, é porque têm condições, equiparam-se, têm embarcações, meteram motores económicos, e que fazem isso regularmente e acho que deve ser visto esta parte em causa, se podem estar lá o ano inteiro ou durante verão e durante o inverno, se essas pessoas, realmente necessitam de ter uma casa abrigo, para lá pescarem durante verão ou durante ano.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que:

- Um dos pontos da sessão da Assembleia, que será discutido, em princípio ainda hoje ou no dia seguinte em função dos trabalhos, é o ponto n.º 3 que é exatamente sobre o regulamento dessas casas de abrigo, portanto teoricamente poderá ainda ser votado.

- Algumas das matérias referidas pelo senhor Vasco Lourenço fazem parte do regulamento, que esteve em discussão pública e foi aprovado pela Assembleia. Mas depois, todo o processo de atribuição é da responsabilidade da Câmara Municipal.

- Da parte da Assembleia compete aprovar o regulamento, que espera que ainda seja feita na reunião de Assembleia que está a decorrer, senão na do dia seguinte.

Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

- A reorganização/urbanização da Rua de Cidade de Seia foi trabalhosa até se chegar à conclusão final e a primeira reclamação em relação à mesma foi feita já há uns 9/10 anos em relação à necessidade de arranjar-lá, limpá-la, arranjar estacionamento. O que a rua é hoje, nada tem a ver de como era antes, houve melhorias.

- A propósito de campanha eleitoral, acha que pode adiantar que em reunião que o senhor Vice-Presidente Jorge Amador teve com os Presidentes da Junta da Cidade, em relação ao planeamento, do que nos proponhamos a fazer, esta rua foi dada como prioritária para ser alcatroada.

- Se há rua de que tem vergonha atualmente, é a rua onde mora o senhor Vereador Carlos Amaral e essa seguramente tem mais de 10/11 anos de existência.

- Não diz que faz tudo, o que diz é que, é feito muito e tem orgulho em dizer isso e aproveita para referir, que o passeio feito não foi o primeiro que fizeram naquela zona. Sendo do conhecimento geral que têm de se ajudar uns aos outros e, tendo a Câmara demonstrado de que se poderia avançar e, tendo a Junta alguma disponibilidade financeira, adquiriu-se os materiais e executou-se a obra, com o apoio da empresa que a construiu.

- Aquele não foi o primeiro passeio construído naquela zona e se há zona

privilegiada com a intervenção da Junta, nos últimos 11 anos é toda aquela zona da Prageira.

- Na Prageira há uns 11 anos atrás e com poucos meios, a Junta teve bastante intervenção, o largo foi feito ainda no tempo em que o senhor Jorge Gonçalves era Presidente de Câmara, as casas que agora existem do bairro da Guarda Fiscal, era mato e um lamaçal. Depois seguiu-se a execução do passeio em frente ao edifício Berlenga, também pela Junta, com os materiais cedidos pela Câmara.

- Há uns dias atrás foram questionados se iam também executar a parte de dentro do passeio, que tiveram a fazer em pavê e responderam que não, porque têm as contas muito apertadas e vão adquirindo os materiais, conforme é possível.

- A nota positiva da pergunta colocada pelo senhor Emanuel Noivo foi de que a Rua Cidade de Seia será alcatroada este ano. Em relação à questão da limpeza, reserva-se a responder com a sua verdade, para não ser criticado e entende que neste momento aquela zona deve ser limpa pela Câmara, mas não esquecendo de que a Câmara levou um corte em termos de pessoal, que nomeadamente na época do verão, podia recorrer à contratação de pessoal temporário e, neste momento todas as Câmaras e Juntas de Freguesias estão proibidos de recorrer à contratação seja por tempo determinado ou indeterminado.

- Tem culpa em relação à zona, próxima do estabelecimento do senhor Emanuel Noivo, o largo que ali se encontra, em determinada altura houve um projeto para embelezar, relvar em que levantou algumas questões e o processo acabou por parar e, hoje arrepende-se, porque pensava que a solução seria outra. Ma ao mesmo tempo serviu para se verificar que há ali uma grande lacuna, que mais tarde ou mais cedo terá de ser corrigida, que é nas traseiras do prédio a sul do estabelecimento, nos prédios que estão ali há mais anos e que os carros entram para as garagens pela Rua do Pocinho e, ali está uma ilegalidade que alguém tapou os olhos há muitos anos, pois deveria existir um acesso no lado, do outro lado da frente do largo que dá para o Bairro, que vulgarmente apelida-se o Bairro da Guarda Fiscal.

- Tem a consciência tranquila em relação ao que a Junta conseguiu fazer e à pressão que fazem constantemente junto da Câmara, para a resolução de muitos dos problemas que há na Cidade, mais concretamente na freguesia da Ajuda.

- Diz que ainda há muito para fazer e que sempre defendeu na Assembleia Municipal que a junção das Freguesias, não será o melhor para a população da Freguesia da Ajuda, sendo essa a sua opinião.

- Em relação à questão colocada acerca dos abrigos pelo Sr.º Vasco, quer aproveitar, até porque faz parte da Comissão de Regulamento dos Abrigos dos Pescadores da Berlenga, para dizer que o regulamento tem de ser aprovado pela Assembleia e que independentemente das cores políticas que ali se encontram, todos querem fazer o melhor, o melhor regulamento, mas na sua opinião palpita que vai deixar pessoas insatisfeitas.

- O regulamento que irá ser aprovado, é uma experiência de um ano e, acha que durante este ano se deve estar muito atento para algo que corre menos bem ou mal, para após esse ano haver a coragem, para quem cá estiver, corrigi-lo para melhor funcionar.

- Finaliza dizendo que no outro dia fez uma critica e que a mantém e que

também procede da mesma maneira quando critica outras pessoas e não quer com isso dizer que não comete erros, mas tem pena e dirige-se a todos, aos que têm lá casa, aos Marítimo-Turístico, aos que querem lá ter casa, que conhece bem aquilo e tem pena dos que não irão ter, dizendo isto como uma crítica construtiva e alertando para que nas próximas vezes que tenham oportunidade de intervir sobre matérias que lhes digam respeito, devem intervir, pois este assunto esteve em discussão pública e não teve o contributo de ninguém.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Disse que:

- Sobre a questão das Casas de Abrigo, a Câmara poderia ter optado por não se envolver, mas considera que o que se estava a passar era completamente imoral.

- O proprietário das casas de Abrigo continua a ser o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e o regulamento, as bases do regulamento que ali está, foram ditadas pelo IGFSS, que quis salvaguardar, aquilo que é a finalidade principal, relativamente ao apoio a quem lá desenvolve a atividade e estão aí as normas, portanto são estas, que eventualmente daqui a pouco ou amanhã que a assembleia Municipal se vai pronunciar e que depois a Câmara irá desenvolver para implementar o regulamento que for aprovado.

- Sobre o que o senhor Emanuel Noivo pensou que vinha dizer alguma coisa pelo que se fez de bom, porque o esforço do que foi feito de alguma forma contrabalança-se com o que não foi feito, aquando construída aquela urbanização.

- Quando foi feita a urbanização, em que a Câmara encaixou os valores que levou aos empreiteiros que o fizeram e não aplicou lá, lembra-se bem das reuniões feitas em frente à Guarda Fiscal e com moradores da Rua da Cidade de Seia, havendo intervenções, portanto houve uma relação muito positiva com a Junta de Freguesia da Ajuda que levou a que se pudesse concretizar aquelas intervenções.

- Em relação às questões colocadas associadas à parte da limpeza, serão tiradas notas e será evidentemente tido em linha de conta.

Emanuel Noivo

Disse que a Câmara tem de ter garantias bancárias para acabar no devido tempo as obras e não ser ele o prejudicado, ficando à espera e a ver o que não foi feito, porque paga o IMI e estando já o passeio feito colocou a questão de quando será colocado o alcatrão.

- Aproveita para salientar que há outros sítios que também aguardam pelo alcatrão, como por exemplo o Baleal, conforme foi falado no dia 28 fevereiro com o senhor Vice-Presidente, quando vai ser colocado o alcatrão, por forma a evitar que se venha alguém a aleijar por levar com uma pedra de algum carro que passe. Refere que está a fazer uma crítica construtiva, para o bem de todos e que quando fala não é para atingir ninguém, é só para dizer as verdades no devido tempo, usufruindo do seu direito de falar como munícipe.

Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

- Respondendo diretamente à questão, o que foi dito pelo senhor Presidente foi

muito claro, que aquando da construção daquele conjunto de habitações, a Câmara como é normal nessas circunstâncias, terá recebido e não houve garantia bancária, essa questão não coloca.

- Foi feito um arranjo, uma intervenção urbanística que pressupõe além de passeios, zonas verdes, passeios rebaixados para cidadãos com mobilidade reduzida, entre outras soluções.

- Falta alcatroar o arruamento e relativamente ao alcatroamento no Baleal, do Baleal Sol Village, que já foi discutido no dia 28 fevereiro, estas questões serão definidas prioridades, é preciso dizer que quando se definirem as prioridades, não se diga "bom, o Baleal, está lá longe da minha sede de freguesia" .

- Os senhores vão às Assembleias, que é um direito os assiste e, a Assembleia também tem o direito de executar em função das opiniões dadas, dos contributos, porque são necessidades do concelho.

Cristina Leitão (PSD):

Disse que:

- Em relação à questão que foi levantada sobre o regulamento de atribuição de casas de abrigo nas Berlengas, os critérios que estão no regulamento foram definidos pela Câmara, se em protocolo com outra entidade, desconhece.

- Cabe à Assembleia analisar o documento e fazer algumas considerações sobre a forma, como estavam apresentados.

- Fique claro que os critérios que vão aprovar são critérios vindos da Câmara Municipal.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

Passando a assembleia à apreciação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Disse que:

- Há uma informação circunstanciada que foi enviada neste período, que pensa que na questão financeira, vai ser dada uma informação pelo senhor Vereador com destaque particular para a questão da concretização do PAEL.

Vereador Jorge Abrantes (CDU):

Disse que:

- No que diz respeito à situação financeira, os dados apresentados, evidenciam quatro grandes questões. A primeira das quais tem a ver com o facto de ter sido aprovado o PAEL e o respetivo contrato de financiamento e, essa aprovação já está refletida na informação financeira.

- A forma aplicada é fundamentalmente no capítulo dos empréstimos, onde foi

acrescentada a parte recebida do PAEL pela sua totalidade correspondente a 70% do total que foi aprovado. Isto porque o programa tem duas tranches, a 1ª de 70% e a 2ª, após validação do gasto dos primeiros 70% será concedida há posteriori, nesse sentido, os empréstimos utilizados foram acrescentados pelo montante de 2.241.000,00€.

- A segunda grande questão é que o essencial desta verba no valor de 2.241.000,00€ já foram gastos na regularização das dívidas a que estavam associadas e que a totalidade dos fornecedores que tinham faturas por regularizar, anteriores a dezembro de 2011 já viram ou está já projetada, a regularização a 100% da situação, com a exceção dos SMAS.

- Na prática quando vier a segunda tranche do PAEL, será encaminhada na sua totalidade para a regularização do que falta regularizar com os SMAS.

- Já só faltam valores, associados aos SMAS, ou de valores que venham de acordos que estivessem e/ou que estejam em vigência e que tenham valores em dívida correspondentes a 2011 ou anteriores e por isso é que se vê, que as quatro grandes rubricas dos fornecedores como a Valorsul, SMAS, ADSE.

- A terceira questão a referenciar é que durante os 2 ou 3 meses que antecedem o mês do IMI, que é no próximo mês de maio, a receção do valor de IMI, são meses, extremamente críticos, em termos de disponibilidade financeira do Município, precisamente pela sua menor dimensão, o que faz, com que haja um ligeiro aumento, do total da dívida, entre fevereiro e em abril.

- Para este ligeiro aumento, entram, as verbas que ainda não estão dadas como regularização a fornecedores, à data de 19 de abril, que é a data a que esta situação financeira se reporta. Está em conta, o empréstimo como utilizado na sua totalidade, mas há fornecedores que por questões de pormenor, de obtenção de certidão e impossibilidade de contactar ainda há algumas dezenas de milhares de euros que ainda estão por regularizar.

- É importante salientar, a aquisição em regime de leasing, do equipamento de fotocópias, para o Município. Aquisição essa que tem um acréscimo de cerca de 32.000,00€, correspondentes à sua aquisição, mas desse valor vai resultar uma significativa redução de custos, com todo o sistema de fotocópias que existe no Município. Que de acordo com as estimativas iniciais, acabará por ser superior a 50% da redução de custos que vamos ter nesta frente. Portanto, devido a esta aquisição e à não regularização de algumas verbas com alguns fornecedores PAEL, fazem com que haja uma situação de acréscimo da situação de dívida entre fevereiro e abril deste ano.

Paulo Balau (PSD):

Disse que ao apreciar o relatório da atividade municipal e como existe muita coisa para ler, ficou-se pelas primeiras páginas, mas deparou-se com uma situação que gostaria de esclarecer, pois chamou-lhe a atenção o seguinte:

- Licenças, de ocupação, de via pública requeridas - 24.
- Licenças, de ocupação, de via pública emitidas - 0.
- Licenças, de publicidade requeridas - 27.
- Licenças, de publicidade emitidas - 0.

Perguntou porque não são emitidas estas licenças para que se possa receber esta verba.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Disse que não estão incluídos aqui os processos de renovações, processos esses que são despachados e não entram aqui nesta contabilidade.

Disse, ainda, que não tem em seu poder os processos, mas se não foram despachados é porque não existiram ou não houve condições para despachar. Solicita à Dr.^a Josselène, para poder fazer a apreciação relativamente à natureza dos pedidos, qual foi o andamento e ver se há alguns indeferimentos, não podendo ver até que ponto a informação possa estar correta.

Paulo Balau (PSD):

Pedia desculpa, mas que isto é tudo normal, não ter a informação para dar, não é aí que eu vou falar, é o tamanho deste cd e como se enfia para aqui tudo, não é, enfia-se tudo para aqui, para distorcer a vista às pessoas, depois acontecem destas, não têm justificação para as coisas, porque, isto é, desumano aquilo que fizeram. Para um Assembleia com 17 pontos, tinham no ponto quatro, 152 ficheiros, 152 ficheiros.

Disse, ainda, que não conseguia resistir até ao ponto 4, isto é uma vergonha, não tem outro nome e chamem-lhe o que quiserem, porque isto é uma vergonha, uma semana que as pessoas têm o cd, uma semana para o analisar e só para um ponto, são 152 ficheiros e alguns com diversas paginas cada ficheiro.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que:

- Naturalmente não subscreve essa dita dimensão de vergonha, porque aquilo que acha que acontece é "que se é preso por ter cão e preso por não ter". Se só forem mandados dois ficheiros se calhar poderia formar alguma opinião mas ia dizer que não tinha informação suficiente se se mandam os 150, que são os ficheiros todos que estão disponíveis diz que é desumano e não há condições para analisar.

-Também não leu todos os ficheiros, mas leu os que eram relevantes, mas de qualquer maneira, quanto aos pontos que fazem parte da ordem de trabalhos, recorda que grande parte deles são revisões de regulamentos, são 17 pontos e é revê-los, e isso acontece porque tem a obrigatoriedade de os rever, pura e simplesmente

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Disse que relativamente ao ponto n.º 4, são de facto muitos ficheiros, mas se se fala de transparência, aqui se mostra transparência. O ponto n.º 4 é a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas da Câmara Municipal do exercício de 2012 e por isso tudo é apresentado e não há razão para qualquer tipo de vergonha, antes pelo contrário.

Filipe Sales (PSD):

Disse que:

- Aproveitando que se fala em transparência, confessa que perdido na imensidão dos documentos disponibilizados, não conseguiu encontrar informação relativa ao Jornal Municipal. Jornal que elenca um mar de obras feitas, um jornal a cores e que em tempo de austeridade o deixou boquiaberto. Questiona onde é que é possível, ter acesso a essa informação.

- É factual a dificuldade que têm em reagir à crítica, reagem sempre com alguma dificuldade quando são confrontados com alguma situação que não estão à espera, mas que está a ser objetivo e pergunta onde é que pode ter elementos, relativamente ao Jornal Municipal. Neste ponto, fala-se do serviço de Turismo, nomeadamente na distribuição desse mesmo jornal.

- Gostaria de saber qual é a contribuição da Autarquia, em termos de verba, na obra da Igreja de S. Pedro.

- Gostaria de saber em termos percentuais qual foi a contribuição na obra do Clube Naval.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Diz que:

- As intervenções por parte da Câmara não contemplam só o Clube Naval, a Igreja de S. Pedro. Foi a sede da ACISP, é a intervenção na CERCIP, entre outras, num conjunto muito significativo de obras que foram objeto de candidatura, elaborada pela Câmara sem recorrer a serviços externos. A candidatura foi feita com recursos técnicos da Câmara, como o Rodolfo, o senhor Vereador Jorge Abrantes e ele próprio.

- Na candidatura foram identificados quais os projetos que fariam sentido e teriam lógica e assim convidámos alguns parceiros, para integrar na mesma.

- Para a candidatura para a regeneração urbana, onde se inclui a obra da 1.^a fase do Fosso da Muralha, os convites foram feitos diretamente pelo próprio, a cada uma das entidades de forma se reunirem as participações antes obtidas do QREN e que por força dos convites efetuados, conseguiu-se uma participação de 85%.

- Considera que a pareceria existente para a regeneração urbana, todo o trabalho, de ligação de candidaturas, na relação entre os promotores de forma direta, a gestão do programa operacional da gestão da região centro, foi coordenado pela Câmara e é da responsabilidade da Câmara, se assim não fosse, a candidatura não teria sido dinamizada, tendo em conta de que individualmente os promotores não o conseguiriam fazer.

- A primeira grande razão para este sucesso foi a competência na elaboração da candidatura, mérito da mesma e por consequência a sua aprovação.

- Cada entidade coloca os seus 15% o que permite a um nível global um valor muito interessante.

- Algo que não está quantificado, é que a Câmara disponibiliza os seus técnicos para o acompanhamento das obras. Solicita à Dr.^a Josselène, para que se tenha uma informação mais completa, que seja quantificado a afetação dos recursos humanos no acompanhamento técnico da execução da obra.

- A informação sobre o Jornal Municipal, já foi feita, houve o envolvimento do Posto de Turismo, pois mobilizamos os meios disponíveis e a distribuição foi feita com os recursos do Município, em vez de contratar uma empresa de distribuição ou até mesmo os CTT.

- Este foi o 2º Jornal Municipal e que gostaria de fazer muitos mais, mas este foi feito no momento indicado de forma a ser partilhada a informação de parte do que foi feito.

Filipe Sales (PSD):

Diz que se recorda de ver no Jornal, mais especificamente no "A a Z", algumas intervenções da parte do senhor Presidente da Câmara, para que lhe fosse dada oportunidade de participar, no mesmo, na altura do Boletim Municipal.

Perguntou se teve em consideração esse princípio e se alargou a intervenção aos senhores Vereadores, nomeadamente o senhor Vereador Carlos Amaral e restantes senhores Vereadores do PSD.

Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):

Explicou que no Jornal Municipal está exposta a atividade do município e consagra o acompanhamento que os senhores Vereadores têm tido nessa atividade, tendo, também, disponível o seu espaço próprio.

2- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO DE PENICHE AOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE PENICHE:

Passando a assembleia à apreciação do segundo ponto da ordem de trabalhos não se registou qualquer intervenção.

Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com oito abstenções, dos membros eleitos pelo PSD, e dezoito votos a favor, dos restantes membros da Assembleia Municipal, aprovar o Acordo de Regularização da Dívida do Município de Peniche aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche, cujo texto, que fica anexado à presente minuta de ata, aqui se dá por reproduzido. (M-Doc.1)

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Silvino João, não estava presente na sala aquando da votação deste ponto da ordem do dia.

3- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DAS CASA DENOMINADAS "ABRIGO DOS PESCADORES", SITAS NA ILHA DA BERLENGA:

Passando a assembleia à apreciação do terceiro ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

- Disse que:

- Agradecer a todos, para além da comissão, os contributos que foram dados na apreciação dos regulamentos, quer pela senhora deputada Cristina Leitão, quer pelo senhor deputado Carlos Santana que sugeriram por escrito uma serie de contributos, tendo sido incorporados grande parte deles. Os que não foram incorporados foram ou porque não souberam ou porque não conseguiram ou porque tenham suscitado dúvidas.

- O documento ficou bastante mais claro e organizado também devido ao contributo da Assembleia, mas como já foi dito, no essencial a proposta é da Câmara

Municipal tendo sido feitas algumas alterações.

Carlos Santana (PSD):

Disse que:

- No seu modesto contributo, para esta situação, que na verdade, fez o seu contributo por escrito, não conseguia compreender qual foi o trabalho da comissão nos regulamentos, não lhe chegou, pelo menos, o pouco que lhe chegou, foi quase que só se reuniu duas vezes, e praticamente nessas duas vezes, não foi feito, nada de concreto, tendo em conta, que esta proposta de regulamento, já transitava da última Assembleia, deu o seu contributo e ficaram algumas questões em que o senhor Presidente, disse que suscitou algumas dúvidas:

- Mantinha as duvidas e no ultimo email, voltou a pôr uma parte, por questões profissionais não pude acabá-lo, mas continuo com essas dúvidas.

- Gostava de saber, se essas dúvidas, que suscitei, não foram incluídas na proposta, porque também não vos suscitou essa dúvida, ou se tem algum argumento, não digo jurídico, se tem algum argumento, para tentar explicar-me, principalmente a mim, o porquê de delas não terem sido aceites, uma vez que algumas eu até ponho, questões mesmo concretas, de determinadas leis, gostaria de saber, se elas não foram aceites, quem é que decidiu, não ser aceite, não é que queiram que não sejam aceites, queria era uma explicação também, para compreender o sentido.

- Uma coisa que o Henrique Bertino, falou, foi na questão de haver um princípio, uma ideia e isso, é subjacente a qualquer documento que se faça, é termos primeiro e aí sim, discutir ou politicamente, o que se pretende e depois pôr na pratica, aquilo que se discutiu e eu acho que este regulamento, partiu de um projeto, que também a mim me faltou saber qual era o grande principio dele, se era só orientar os processos e os procedimentos a fazer, ou se tinha em vista, outras situações, outras interesse, isso fiquei sem saber, mas uma vez que estamos neste ponto, o que gostaria de saber na verdade era o porquê, mas a razão pela qual, algumas opiniões que meti aqui, não foram aceites, depois vou dizer o porquê, mas agora se tiver alguma razão, aceito plenamente.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que:

- Primeiro, este trabalho, não foi entregue a uma comissão, foi entregue a duas pessoas, ficaram duas pessoas aqui mais ou menos voluntarias à força, encarregadas de arrumar, era essa a nossa encomenda, de arrumar e corrigir uma outra coisa que estava pendente, foi um trabalho que foi feito, e foi feito aliás, com um grande contributo da Dr.^a Cristina Leitão, e depois mais tarde, de facto, recebemos o contributo do senhor deputado Carlos Santana, já nós tínhamos feito, inclusivamente a nossa reunião, já tínhamos preparado o documento, mas ainda assim, aquilo que foi o contributo do senhor Carlos Santana, para que não restem dúvidas, foi partilhado em sede de comissão, foi entregue até uma cópia à senhora deputada Cristina Leitão, com os contributos.

- A maior parte deles, foram incorporados, e suscitou-se lá uma dúvida, mas isso é porque simplesmente, como nós não somos juristas e teoricamente, o documento de base, foi trabalhado por juristas e dissemos aqui, na dúvida, que era questão que

dizia respeito à emancipação, creio que era essa a questão, era uma das questões que se levantava, e as outras, pareceram questões, por não serem de substância, e só por isso, nós não somos juristas, não vamos alterar mais ainda o documento que está.

- Nas cópias que foram mandadas, quer até para a própria comissão depois e para os líderes parlamentares, iam lá as propostas feitas, pelo senhor deputado Carlos Santana, exatamente para as pessoas puderem também, ter outro entendimento e trazerem-nas para aqui, ou seja, não foi por ser correto ou incorreto, aliás, o jurista neste caso é o Carlos Santana, exatamente por nós não termos, digamos assim essa noção, e portanto não queremos estar a ser mais papistas que o Papa, relativamente ao documento que nos era apresentado.

- Se houver alguma coisa no instrumento que seja ilegal, que pode e deve ser corrigida, mas isso é uma questão que, era só para explicar esta questão.

Carlos Santana (PSD):

Disse que a ideia era, também, compreender o porquê, indo à questão da emancipação, para termos uma licença, para pescar, ou a cédula marítima, a partir dos 16 anos, podemos ter. Posso ser emancipado, com 14 anos, com 15, com 16, com 17, com 18, perdão até 17. A partir daí, não posso, porque já sou maior.

Agora eu pergunto: se eu tiver 16 anos, se eu tiver 17 anos, não sou maior, não sou emancipado, mas tenho uma cédula marítima, não posso. Posso ter a cédula, posso ter e eu posso pescar, mas não pode de acordo com o regulamento.

Disse, ainda, que quando tocou neste assunto, da emancipação, era mais correto, a partir dos 16 anos, ou emancipado e 16 em diante, e não os 18, porque já que a lei permite, ter uma licença aos 16, a ideia era neste sentido, para não tirar alguém que possa estar numa situação dessas e assim, a globalidade, estavam todos abrangidos, quer os que recuavam a menor, porque a emancipação depois é só por o casamento, ao fim ao cabo, não é por ter a licença para pescar.

A pergunta que coloca é se pode fretar um barco e pode estar a trabalhar num barco fretado, se continua a ter a sua atividade de pesca, ali não permite.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Explicou que em comissão alargada, porque a ideia é vincular a casa a quem opera com o barco e quem opera com o barco, das duas, uma: ou é o arrais, no sentido lato do termo, que é o que governa o barco, digamos assim, ou é o proprietário do barco, que pode ser ou não ser arrais, mas também pode lá andar, portanto, o arrais aqui, foi para resolver um problema do individuo que tem o barco mas não é proprietário.

Carlos Santana (PSD):

Disse que então o princípio é só para arrais e proprietários.

Deu como exemplo: "eu freto um barco, estou ali 10 ou 15 anos a trabalhar, não tenho acesso a estas casas? Não tenho, de acordo com o regulamento, não tenho".

Como conclusão, é uma opção, compreendia, agora, a pôr proprietário, ou arrais é que não entendia.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que o fretador é que não pode ser, ele podia fretar o barco e não pôr lá os pés e arranjar alguém que vá lá por ele.

Disse, ainda, que o objetivo era: conhecendo as situações que existem e aquelas que se podem colocar no curto prazo, garantir pelo menos essas, quando o Henrique Bertino disse que qualquer regulamento, que se faça neste momento, é suscetível de ser posto em causa amanhã porque ele na prática, é que vai ser confrontado, portanto, está aqui, garante duas coisas: Primeiro que, nas situações que já conhecemos, que elas possam ser todas cobertas.

Carlos Santana (PSD):

Disse que tinha também uma situação, que era a questão do artigo 5º, que diz, que os critérios e depois na alínea c): o candidato que faça pesca marítimo-turística e/ou turismo de natureza, uma atividade determinante para o sustento da sua família. Depois no n.º 10, cada abrigo destina-se ao uso exclusivo do utilizador e dos elementos da sua embarcação, empregados, consoante o caso.

Perguntou se não deveria também ficar aqui, que, é única e exclusivamente só para quem utiliza para esta atividades, porque temos a situação dos empregados, dos trabalhadores e a questão da família.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que houve o cuidado de verificar, que no quadro atual e naquilo que é o cenário que se coloca agora, as situações estão cá todas contempladas, aquelas casas, são propriedade do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, é assim que se chama não é? E o Instituto, validou a versão prévia, isto é, aquela versão que dissemos que estava uma desgraça completa e tinha lá de facto incorreções, estava validada, ou seja, não podemos fugir à matriz daquilo que estava pré determinado, até pelo proprietário das casas.

Acrescentou que, aquilo que se procurou fazer foi, arrumar as coisas, de maneira a ter alguma coerência, até no ponto de vista depois na aplicação dos critérios.

Carlos Santana (PSD):

Solicitou, esclarecimento em relação ao artigo 6, nº 3: “É expressamente proibido, a utilização do abrigo por outras pessoas. Porque diz que o abrigo atribuído a cada candidato será adequado à satisfação. Depois é expressamente proibido, a utilização do abrigo por outras pessoas”. Está a falar do candidato e depois, no nº 10 diz, que cada abrigo destina-se ao uso exclusivo do utilizador e dos elementos da sua embarcação, ou família. Um contradiz o outro.

Cristina Leitão (PSD):

Disse que em relação a este ponto, dizer o seguinte:

- Isto tem que ver exatamente com terceiros, que não, nem os empregados, nem as famílias, outros.

- Não podem utilizar outros, podem utilizar os empregados, na primeira linha e as famílias, quando não têm empregados ou quando não estão lá, outros não podem. Isto já vinha da outra solução, isto não foi uma solução entre nós, já estava assim.

Ademar Marques (PSD):

Disse que não era muito correto, do ponto de vista do legislador, remeter, para um artigo, que ainda não está lá, mas podia-se fazer uma remissão, ou num ou noutro, para clarificar esta questão, ou seja, para dizer que, são outros, com a exceção daqueles que estão previsto no próprio regulamento, até se pode deixar em aberto, com exceção nos previsto neste mesmo regulamento.

Carlos Santana (PSD):

Disse que também tinha algumas dúvidas, porque é que, estamos a falar do artigo 7.º, do nº4 a). Os utilizadores dos abrigos ficam obrigados à devolução das chaves, caso não lhes seja atribuído o mesmo espaço, nas seguintes condições:

- “Nos últimos 15 dias do período de utilização contratado, no caso dos pescadores, isto é, eu faço um contrato de um ano, e retiram-me 15 dias para entregar uma chave, mas eu tenho contrato de um ano, não tenho um ano menos 15 dias. Se eu fosse pescador, se me viessem pedir a chave, eu dava no fim do contrato, nunca antes 15 dias”.

- Do seu ponto de vista, na b), para as outras atividade, essa está, que é até ao final, da 1ª semana de outubro, no caso dos operadores turísticos, isto é, para os outros, é na semana seguinte ao fim do contrato, para os pescadores, é 15 dias antes do contrato. Não entendia é o sentido, pode estar correto, mas não entendia.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Explicou que, enquanto a utilização dos pescadores é anual, vai de janeiro a dezembro, esses 15 dias permite, que haja aí uma folga, para reparar qualquer coisa, e é se ele quiser, ele pode entregar no 15.º dia, isto é, no dia 31 de dezembro, é nos últimos 15 dias, não é 15 dias antes, é nos últimos 15 dias. Quer dizer que ele pode entregar, no 14º, antes do fim, no 13º, no 12º, ou no último.

Relativamente aos outros isso não se coloca, porquê? Como o período, de utilização é mais curto, são só 4 meses, teoricamente depois, ou seja, há tempos, para eventualmente, proceder a outras coisas, outras reparações que sejam necessárias.

Carlos Santana (PSD):

Disse que:

- No n.º 8, n.º 3, a dúvida aqui, era quanto à questão, que é, ficará dirimida, a responsabilidade do utilizador, pelos factos referidos no nº anterior, se deles fizer a com tempo no prazo de 8 dias, a contar dos eventos, de que a eles deram causa. Aqui os 8 dias, até o normal, é o conhecimento da situação, como se vê, podem estar lá outras pessoas a utilizar a casa.

- Se dá 8 dias para se dirimir a situação, fica dirimida a responsabilidade, se eu disser 8 dias após o facto acontecer, mas se eu não tenho conhecimento, aonde é que está aqui a minha responsabilidade, a minha culpa, no ato, porque se eu não faço em 8 dias, vão-me responsabilizar, olhando para os regulamentos, ele está a responsabilizar, o regulamento.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que se a pessoa o fizer dentro de 8 dias, tudo bem, se não o fizer, não está

dirimida a responsabilidade, não quer dizer que a tenha, não está é dirimida.

Carlos Santana (PSD):

Disse que não podia dizer nos 8 dias, porque não conhecia a situação. É só por isso, porque normalmente, até as denúncias, é a partir do conhecimento dos factos.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que, imaginando, que não vão lá 6 meses, é impossível, julga que isso pode ser trabalhado, mas também percebia que o regulamento deve ser gerido com alguma razoabilidade, mas achava que fazia sentido.

Carlos Santana (PSD):

Solicitou a seguinte questão:

- Por exemplo no artigo 20. Os candidatos admitidos e excluídos, são notificados por carta registada, mas depois, há aqui um artigo que diz que eles são notificados, por qualquer meio para notificação, no artigo 17.º, nº 2, os requerentes, são notificados, dos fundamentos de exclusão, através de carta registada, com aviso de receção, ou por outras formas de notificação, previstas na lei.

Disse que era apologista, da carta registada, porque nem todos, são obrigados a ter computador, nem toda a gente deve ser obrigada a ter fax, agora, se estamos a pôr, tipos de notificações variados, isto é uma questão de ordem, não é uma questão de se ficar assim, fica, mas era a questão nesse sentido, ou faz-se de uma maneira as notificações e o próprio regulamento mantém, o traço de notificação.

- Depois, também a questão dos estrangeiros, que tinha levantado aqui uma questão, que é, temos o problema da comunidade europeia, de acordo com a lei da comunidade, não é permitido, há o princípio da igualdade, e também da discriminação, mas é no sentido do seguinte:

As licenças, atualmente, são para os comunitários e citou uma situação, que o provedor, meteu o processo no Tribunal Constitucional, no sentido a pedir a inconstitucionalidade, dessa lei, que permite só estrangeiro, mas comunitários, e ali estamos a permitirmos, ainda não foi dito nada, estamos aqui a por a estrangeiros, quando temos uma imposição, que é só se pode dar licença, a comunitários.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Explicou que como eles que têm que ter os outros requisitos todos, obviamente que só podem ter a cédula marítima, se forem estrangeiros, só podem ter autorização. Se forem estrangeiros europeus, ou até cabo-verdianos, pensa que podem, dos PALOP. Só estando legalizados, para este tipo de atividade, é que são aceites no concurso.

Carlos Santana (PSD):

Disse que em relação, das candidaturas, que é a exclusão, ou não, que só se saberá, depois, no final, a exclusão. Se ele entregar uma candidatura, no início e não for detetado nenhum erro, quando é que a pessoa é notificada desse erro? Se for um erro administrativo, não está contemplada. Porque caso se verifique, no ato da entrega da candidatura, que o requerente tem documentos em falta, este tem 5 dias para proceder à entrega, contados a partir da data da entrada do requerimento. Ali no regulamento se

calhar devia ser a partir da notificação, é que devia ter 5 dias para entregar os documentos.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que a partir do momento em que há um checklist, em que há uma conferência, a responsabilidade e em que é entregue uma notificação à pessoa, que entregou os documentos, a questão está no lado da Câmara, a Câmara se de facto, detetar posteriormente, tem que assumir essa responsabilidade, perante o requerente, porque ele não tem culpa.

Carlos Santana (PSD):

Disse que não é de culpa, é o ato de procedimento que se tem de fazer. Se tinha de entregar, no prazo de 5 dias a contar da data de entrada do requerimento, e se eu tiver um erro?

Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):

Rapidamente, aquela questão da emancipação, acha que é pertinente e devia ser consagrado.

Vice-Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que não era pescador, mas era patrão de costa e perguntou: Se um pescador pode ter 14 anos, como disse ali, mas ele pode andar no mar, sozinho com 14 anos, pergunto? Não pode não é?

Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

- Tem que ter 16 anos. O tempo para tirar uma cédula de um menor, é mais elevado, do que uma pessoa maior, ou seja, um maior, hoje em 2 meses há noite tira a cédula, um menor não tira, não sei se é 2 anos, se o que é e alguns até deixam para mais tarde para tirar a cédula.

- Em relação à questão da emancipação, por precaução, pensa que se deveria contemplar esta proposta.

- Em relação ao artigo 5º, b), onde se diz lá se é detentor, já nem discute, pensa que colocando proprietário ou arrais, resolve o problema, resolve todos os problemas.

- Só que há aqui depois disso, há uma referência, de barco de boca aberta, chamava a atenção, que, uma pequena embarcação, pode ter o convés fechado, e existia situações dessas, o Maio Florido, que era do Luís, teve casa lá no bairro, durante muitos anos, e era de convés fechado.

- Qualquer embarcação, deve estar a referência à boca aberta, uma boca aberta, pode ter a mais de 9 metros, mas não é muito usual aqui na nossa zona, mas devia ficar consagrado também a questão, de convés fechado ou pequena pesca. A pequena pesca vai até aos 9 metros, a pesca costeira vai dos 9 metros até querer, ou pesca local é a mesma coisa.

- Para além da questão do barco de boca aberta, pensa que deveria estar ou de pesca local.

- A prática se calhar demonstra que tem alguma razoabilidade, pensarmos nela,

que é no artigo 7º, que já foi aqui referido, na b) do nº4 que diz: “Até final da primeira semana de outubro, no caso dos operadores turísticos, perguntou, porquê?

- Pode haver operadores turísticos, que podem ir à Berlenga, fora desta altura, aliás, as melhores épocas para ir à Berlenga, é quando não está lá mesmo ninguém. Se está autorizado a ir lá, pode dar jeito, teres apoio numa casa lá, mas admito que seja, é daquelas coisas que eu acho, que com o tempo pode-se ver, mas surgiu-me.

- Temos experiência, que há de vez em quando, este inverno não, mas de vez em quando há meses excepcionais, lembra-se que aqui à meia dúzia de anos, houve um mês de janeiro, que foi excepcional. Às vezes em outubro e novembro há meses excepcionais. Porque é que não podemos, pensar na eventualidade das marítimo-turísticas, terem essa hipótese? De ter lá uma base de apoio?

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Disse que, em relação a esta matéria, e que permitiu esta anarquia toda na discussão, porque parece-me que é salutar, dizer o seguinte:

- Julga, que este ponto, está mais virado, para o turismo da natureza, do que propriamente para as marítimo-turísticas, mas, isso era o seu entendimento, até porque me faz sentido, porque se for para a marítimo-turística, no sentido lato, em de facto faz sentido, todo o ano.

- O turismo da natureza tem muito mais a ver, com aquela coisa de visitas à Ilha, esse é que é muito sazonal, é sazonal, mas pronto e jugo que foi por isso, que se considerou este período mais curto. É uma proposta que vem da Câmara e a Câmara terá certamente, refletido nisso e manteria isso, exatamente como está.

- Em relação à emancipação, aos 16 anos, eu tenho aqui alguma dificuldade e por uma razão muito simples. Neste momento, nós temos uma escolaridade obrigatória, até aos 18 anos. Estarmos nós a colocar aqui, ou a admitir a possibilidade de pôr alguém com 16 anos a ir para a pesca, não faz sentido, porque contraria aquilo que é hoje a lei. Teoricamente, a escolaridade obrigatória vai até aos 18 anos, não é?

- Não fará muito sentido, colocar aqui a hipótese dos 16 anos, porque é estarmos a dizer, que eles devem estar fora da escola aos 16 anos e não podem estar, neste momento não podem. Pode permitir a licença, mas isso vai ser alterado agora certamente, exatamente, porque a escolaridade passou para os 12 anos e portanto, vai até aos 18 anos, pode ir até aos 17 se ele chegar ao 12º.

Mas o emancipado, repare, o emancipado, o que eu digo, é que alguém que essa a responsabilidade da emancipação. Ou seja, o que eu digo é que para mim, até aos 18 anos não deve estar nestas coisas, é isso que estou a dizer, politicamente.

Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Atribuição das Casas Denominadas “Abrigo dos Pescadores”, sitas na Ilha da Berlenga, cujo texto, que fica anexado à presente minuta de ata, aqui se dá por reproduzido. (M-Doc.2)

MARCAÇÃO DE NOVA REUNIÃO:

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que os trabalhos desta sessão prosseguiram no dia trinta de abril de dois mil e treze, com a realização de nova

reunião, no mesmo local, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, com dispensa de convocação escrita.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e vinte minutos do dia trinta de abril, o senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, *Josselene Nunes Teodoro*, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino, nos termos do número dois do artigo nonagésimo segundo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro.